

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 924**

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
DO PLANO PLURIANUAL: PROPOSTA  
DE UM CONCEITO**

**Ricardo Pereira Soares  
Carlos Álvares da Silva Campos Neto**

Brasília, dezembro de 2002

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



## **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 924**

### **PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO PLANO PLURIANUAL: PROPOSTA DE UM CONCEITO**

**Ricardo Pereira Soares\***  
**Carlos Álvares da Silva Campos Neto\***

Brasília, dezembro de 2002

---

\* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Setoriais do Ipea.

**Governo Federal**

**Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Guilherme Gomes Dias

**Secretário-Executivo** – Simão Cirineu Dias

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro –, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Roberto Borges Martins

**Chefe de Gabinete**

Luis Fernando de Lara Resende

**Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Eustáquio José Reis

**Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Gustavo Maia Gomes

**Diretor de Administração e Finanças**

Hubimaier Cantuária Santiago

**Diretor de Estudos Setoriais**

Luis Fernando Tironi

**Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Murilo Lôbo

**Diretor de Estudos Sociais**

Ricardo Paes de Barros

## TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Esta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do Projeto BRA/97/013.

# SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 7

2 PARCERIAS DO PLANO PLURIANUAL 2000-2003 8

3 OPINIÃO DOS GERENTES DO PPA SOBRE PARCERIAS 15

4 CONCEITOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 17

5 CONCEITO DE PPP ELABORADO POR ESTE TRABALHO 22

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 28

7 SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES REFERENTES ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 29

8 CONCLUSÃO 30

ANEXOS 31

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 47



## SINOPSE

O presente trabalho mostra que as Parcerias Público-Privadas (PPP) ganharam expressiva participação no Plano Plurianual (PPA) de 2000 a 2003. Os parceiros privados deverão participar com mais de 28% do investimento previsto no Plano. Este estudo comenta que o conceito de parceria adotado pelo PPA não estaria adequado, pois foi definido a partir de uma única exigência: a alocação de recursos financeiros pelo setor privado.

Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo é propor um conceito de PPP, voltado para empreendimentos que proporcionam retorno econômico. O conceito proposto baseia-se na identificação das características essenciais e econômicas às quais esse tipo de associação deve atender. Foi analisado se as 283 ações que no PPA estão previstas para serem executadas por meio de parcerias satisfazem as características propostas. O resultado mostrou que somente 114 ações atendem às características de PPP. Aparentemente, isso ocorre pelo desgaste do termo parceria, que tem sido empregado sem uma caracterização bem definida, o que contribui para diminuir a transparência do Plano. Constatou-se, adicionalmente, que a maioria das ações não atendeu à característica econômica que prevê retorno financeiro para o Estado. Essa é uma questão relevante, que merece ser mais bem considerada nos novos empreendimentos em associação com a iniciativa privada.





# 1 INTRODUÇÃO

As Parcerias Público-Privadas (PPP) surgiram como uma novidade do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999. No PPA vigente, de 2000 a 2003, as parcerias ganharam expressiva participação. Basta observar que todos os programas finalísticos<sup>1</sup> relacionados no Plano, cerca de 315, investirão em torno de R\$ 613,5 bilhões. Desse total, os parceiros privados participarão com mais de R\$ 171,6 bilhões, o equivalente a 28% do investimento total.

O crescimento das parcerias ocorreu porque “o País sofreu um processo de deterioração da infra-estrutura econômica básica, com reflexos importantes na perda de eficiência do sistema produtivo” (Rodrigues, 1996, p.16). Em virtude desse fato, o Plano define que

**a ação mais importante será a implantação de um novo modelo de gestão, expansão e financiamento da área de infra-estrutura** o que exige reformas estruturais e maior descentralização de atribuições para outras esferas de governo e setor privado, **via parcerias**, concessões e privatizações (*id. ibid.*, p. 17, grifo nosso).

Em certa medida, as parcerias transformaram-se numa solução para a falta de recursos do setor público. Além disso, por estarem claramente assinaladas no PPA teriam o mérito de aumentar a transparência do Plano quanto à participação da iniciativa privada nos programas.

Entretanto, o expressivo crescimento das PPP trouxe indagações referentes à factibilidade da atração desse volume de recursos da iniciativa privada, o que depende, basicamente, da taxa de retorno dos empreendimentos, e da montagem de todas essas parcerias.<sup>2</sup> As parcerias, no PPA, foram definidas a partir de uma única exigência: a alocação de recursos financeiros pelo setor privado. Assim, se a iniciativa privada participa financeiramente, considera-se que está ocorrendo uma parceria. Apesar da simplicidade do conceito de parceria adotado, aparentemente ele não foi adequadamente assimilado pelos gerentes desses programas. Nesse contexto, este trabalho busca propor um conceito de PPP que leva em consideração as suas características econômicas.

A seção 2 deste trabalho apresenta a definição de parceria utilizada no PPA, o elenco de programas que têm ações em parceria e a participação dos recursos privados no total dos investimentos desses programas. Além disso, para facilitar a análise das 283 ações em parceria, elas foram reclassificadas em 24 grupos, segundo sua finalidade. Constata-se, na seção 3, ao tabular as opiniões dos gerentes dos programas com parcerias privadas, que cerca de 46% dos gerentes demonstraram desconhecer que gerenciavam um programa em parceria com a iniciativa privada. Alguns, 25%, chegaram a afirmar que o programa não tem parceria. Somente 25% dos gerentes reconheceram a parceria no programa.

---

1. Programa finalístico é o “programa que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade” (MOG, 1999a, p. 25).

2. Essas indagações motivaram a inclusão do tema nas demais atividades de avaliação do Plano Plurianual coordenadas no Ipea, por Dr. Luis Fernando Tironi, que responde pela Diretoria de Estudos Setoriais do Instituto.

Na seção 4, relacionam-se os conceitos de parceria entre agentes privados, e entre agentes públicos e privados, identificando suas características mais relevantes. Observou-se que o conceito de parceria entre agentes privados está consolidado, e em fase de consolidação entre agentes públicos e privados. Por isso, na seção 5, este trabalho busca elaborar um conceito de PPP, com base nas características essenciais e econômicas desse tipo de associação. Em seguida, analisa-se em que medida as ações relacionadas no PPA como tendo parceria privada atendem ao conceito formulado neste estudo. A discussão dos resultados dessa análise está na seção 6. Na seguinte, inicia-se a discussão de uma nova proposta para o aprofundamento das PPP, focada no que seria melhor para o Estado em termos de retorno financeiro – se é obter uma remuneração fixa das parcerias, sem correr riscos, ou receber uma participação do resultado operacional desse tipo de empreendimento. Na seção 8, apresentam-se as conclusões, procurando realçar as sugestões relevantes para o aperfeiçoamento da elaboração do Plano Plurianual.

## 2 PARCERIAS NO PLANO PLURIANUAL 2000-2003

### 2.1 CONCEITO DE PARceria DO PLANO PLURIANUAL

O conceito de parceria entre o setor público e o setor privado utilizado no Plano aparece no documento — **Procedimento para Elaboração de Programas: PPA 2000** (MOG, 1999b), no tópico que trata dos recursos financeiros do Plano. Esse documento, inicialmente, define que os recursos dos parceiros privados constituem uma fonte de recursos do Plano, ao afirmar que “as fontes de recursos para o financiamento das ações podem ser o Orçamento Geral da União (OGU), e recursos de parceiros (estados, municípios e setor privado)” (*id. ibid.*, p. 9). Em seguida, esclarece o conceito que adota para parceiro: “considera-se como de parcerias os recursos próprios aplicados por parceiros do setor privado em ações que integram programas do governo” (*id. ibid.*, p. 14). Portanto, para o Plano, uma aplicação de recursos privados em programa incluído no PPA é considerada uma parceria.

Em virtude do entendimento de que as parcerias são uma fonte de recursos, os documentos que mostram os recursos previstos para a execução dos programas (**Programas/Ações por Fontes e Espelhos dos Programas**) indicam aqueles que estão sendo executados em parceria com o setor privado e a quantidade de recursos que os parceiros deveriam estar investindo. Isso porque essa fonte de recursos foi denominada: “parcerias – setor privado”, o que *per sí* indica que o programa será executado em parceria e o quanto terá de recursos privados.

Esse conceito de parceria revela a preocupação do planejador com a crise fiscal do governo, que deixa várias ações sem fonte de recursos. Essas ações somente serão executadas se ocorrer a atração de recursos da iniciativa privada. A necessidade desses recursos eleva a participação do setor privado no Plano, dando margem à crítica que afirma que as parcerias com o setor privado “hajam-se transformado,

nos últimos anos, numa espécie de mágica para a falta de recursos do setor público” (Biasoto Jr. *et. al.*, 1998, p. 24).

A vantagem desse conceito está na sua operacionalidade – basta que exista previsão de recursos privados no programa para se considerar que está planejada uma parceria.

## 2.2 PARCERIAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL

O PPA 2000-2003 mostra que vários programas estão recebendo recursos da iniciativa privada. Desses, selecionaram-se os programas nos quais, em quatro anos, os recursos privados superarão, em termos absolutos, R\$ 10 milhões e, em termos relativos, 10% do investimento das ações com parceria. Com esses dois cortes, selecionaram-se 43 programas que apresentam parceria entre o setor público e o privado.<sup>3</sup>

Nesses 43 programas selecionados estão previstos investimentos, nos quatro anos, de R\$ 353,1 bilhões (ver tabela 1), em 827 ações (projetos ou atividades). Dessas ações, a iniciativa privada deve participar em 283, o que corresponde a 34,2% do total (ver tabela 2).

Nas 283 ações em que o governo e a iniciativa privada são parceiros, deverão ser investidos R\$ 205 bilhões, correspondendo a 58,1% do total dos programas selecionados. Os recursos oriundos do setor privado deverão atingir o valor de R\$ 171,7 bilhões, o que corresponde a 83,7% do total dos recursos previstos nas ações com parcerias (ver tabela 1).

Esses dados mostram que o Plano foi elaborado com uma elevada expectativa de participação da iniciativa privada, expressa pelo significativo número de parcerias que seriam constituídas, 283, e, principalmente, pelos valores dos investimentos privados, R\$ 171,7 bilhões.

Em termos setoriais, constata-se que os 43 programas selecionados estão distribuídos em, praticamente, todas as áreas de atuação governamental. As parcerias estão ocorrendo nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, infra-estrutura e turismo, entre outras.

Observa-se que a maioria das parcerias previstas está na área de infra-estrutura. Dos 43 programas selecionados, 27 (62,8%) são dos setores de infra-estrutura. Das 283 ações previstas para serem executadas em parceria com a iniciativa privada, 231 (81,9%) são de infra-estrutura (ver tabela 3).

---

3. Cabe destacar que, como consequência dos dois critérios de seleção adotados, 24 programas não foram considerados no âmbito deste estudo. Esses programas estão listados no Anexo 1. Os recursos que a iniciativa privada deverá aplicar neles é de R\$ 134,7 milhões e representam menos de 0,1% do total de recursos privados previstos no Plano Plurianual.

TABELA 1

**Recursos Previstos nos Programas com Parceria Privada: PPA 2000-2003**

(R\$ milhões)

Programas públicos com parceria privada	Total do prog. (a)	Ações com parcerias <sup>1</sup> privadas (b)	Recursos parceiros privados (c)	em %	
				(b/a)	(c/b)
Assistência ao trabalhador	27.979	18.266	17.412	65,3	95,3
Atuação internacional na área de petróleo	8.236	599	566	7,3	94,6
Ciência e tecnologia para o setor aeronáutico	207	206	41	99,3	20,0
Corredor Araguaia-Tocantins	4.198	384	384	9,1	100,0
Corredor Leste	2.341	355	355	15,2	100,0
Corredor Mercosul	4.208	1.312	1.272	31,2	96,9
Corredor Nordeste	5.399	2.695	2.679	49,9	99,4
Corredor Oeste-Norte	1.234	131	131	10,6	100,0
Corredor São Francisco	1.286	559	559	43,5	100,0
Corredor Sudoeste	4.501	2.315	2.315	51,4	100,0
Corredor Transmetropolitano	2.598	1.140	1.131	43,9	99,2
Desenvolvimento da Amazônia Legal	6.105	2.729	1.354	44,7	49,6
Desenvolvimento da Região Nordeste	10.339	4.386	1.089	42,4	24,8
Desenvolvimento de Médias, pequenas e microempresas	48.881	8.000	955	16,4	11,9
Design Brasil	46	30	12	66,5	38,8
Energia na rede Sudeste	20.997	14.676	14.103	69,9	96,1
Energia nas pequenas comunidades	598	422	114	70,6	27,0
Energia no eixo arco norte	438	205	187	46,9	91,4
Energia no eixo Madeira-Amazonas	2.938	1.307	454	44,5	34,8
Energia no eixo Sul	7.422	6.458	6.402	87,0	99,1
Energia nos eixos do Centro-Oeste	4.088	3.905	3.732	95,5	95,6
Energia nos eixos do Nordeste	7.888	4.242	4.122	53,8	97,2
Eradicação da febre aftosa	561	473	472	84,4	99,8
Gestão da política de integração nacional	108	94	47	86,7	50,0
Inovação para competitividade	5.474	5.442	3.123	99,4	57,4
Integração elétrica Norte-Sul	7.689	6.336	5.354	82,4	84,5
Luz no campo	1.865	1.474	493	79,0	33,5
Matérias-primas e prod. básicos da ind. petroquímica	1.988	1.963	1.889	98,7	96,2
Morar melhor	3.979	571	171	14,4	30,0
Oferta de petróleo e gás natural	58.540	28.004	16.998	47,8	60,7
Prog. Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP)	50	28	28	55,6	100,0
Produtividade de citricos	37	37	20	100,0	53,5
Refino de petróleo	6.595	1.521	1.512	23,1	99,4
Saneamento é vida	3.625	709	85	19,6	12,0
Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	370	159	153	42,9	96,4
Serviços de comunicação de massa	15.479	15.456	15.412	99,9	99,7
Serviços privados de telecomunicações	23.724	23.630	23.630	99,6	100,0
Sociedade da informação – Internet ii	3.435	3.235	2.849	94,2	88,1
Telefonia fixa	37.352	37.300	37.300	99,9	100,0
Transp. dutoviário de petróleo, derivados e gás nat.	3.697	2.112	1.347	57,1	63,8
Transp. ferroviário urbano de passageiros	3.885	1.134	1.134	29,2	100,0
Transposição de águas do rio São Francisco	2.437	801	100	32,9	12,5
Turismo verde	312	190	190	60,9	100,0
<b>Total</b>	<b>353.128</b>	<b>204.992</b>	<b>171.676</b>	<b>58,1</b>	<b>83,7</b>

Fonte: SPI-MPO, Momento 14. Elaboração dos autores.

Nota: (1) Do total de recursos do programa, destacou-se a parcela de recursos que contam com parcerias privadas.

TABELA 2

**Ações Previstas nos Programas com Parcerias Privadas: PPA 2000-2003**

Programas públicos com parcerias privadas	Total de ações do programa (a)	Total de ações com parceria privada <sup>1</sup> (b)	Em % (b/a)
Assistência ao trabalhador	23	2	8,7
Atuação internacional na área de petróleo	8	2	25,0
Ciência e tecnologia para o setor aeronáutico	2	1	50,0
Corredor Araguaia-Tocantins	36	5	13,9
Corredor Leste	40	6	15,0
Corredor Mercosul	47	9	19,1
Corredor Nordeste	40	7	17,5
Corredor Oeste-Norte	22	3	13,6
Corredor São Francisco	20	3	15,0
Corredor Sudoeste	15	4	26,7
Corredor Transmetropolitano	34	10	29,4
Desenvolvimento da Amazônia Legal	16	2	12,5
Desenvolvimento da Região Nordeste	7	2	28,6
Desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas	14	1	7,1
Design Brasil	11	4	36,4
Energia na rede Sudeste	66	41	62,1
Energia nas pequenas comunidades	7	2	28,6
Energia no eixo arco norte	13	1	7,7
Energia no eixo Madeira-Amazonas	24	3	12,5
Energia no eixo sul	50	34	68,0
Energia nos eixos do Centro-Oeste	19	16	84,2
Energia nos eixos do Nordeste	47	22	46,8
Erradicação da febre aftosa	3	1	33,3
Gestão da política de integração nacional	4	1	25,0
Inovação para competitividade	19	13	68,4
Integração elétrica Norte-Sul	28	16	57,1
Luz no campo	17	14	82,4
Matérias-primas e prod. básicos da ind. petroquímica	7	6	85,7
Morar melhor	10	1	10,0
Oferta de petróleo e gás natural	13	9	69,2
Prog. Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP)	15	7	46,7
Produtividade de citricos	1	1	100,0
Refino de petróleo	25	7	28,0
Saneamento é vida	14	1	7,1
Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	13	1	7,7
Serviços de comunicação de massa	3	2	66,7
Serviços privados de telecomunicações	3	1	33,3
Sociedade da informação – Internet ii	16	6	37,5
Telefonia fixa	4	2	50,0
Transp. dutoviário de petróleo, derivados e gás nat.	30	10	33,3
Transp. ferroviário urbano de passageiros	23	1	4,3
Transposição de águas do rio São Francisco	7	2	28,6
Turismo verde	11	1	9,1
<b>Total</b>	<b>827</b>	<b>283</b>	<b>34,2</b>

Fonte: SPI-MPO, Momento 14. Elaboração dos autores.

Nota: (1) Mostra o total de ações do programa que contam com parcerias privadas.

TABELA 3

**Ações Previstas nos Programas com Parcerias Privadas: por Setor**

Setores	Programas por setor	Total de ações desses programas (a)	Total de ações com parcerias privadas <sup>1</sup> (b)	Em % (b/a)
Agricultura	3	17	3	17,6
Ciência e tecnologia	5	63	31	49,2
Comunicação	3	10	5	50,0
Energia elétrica	9	271	149	55,0
Habituação/Saneamento	2	24	2	8,3
Indústria	1	7	6	85,7
Pequena empresa	1	14	1	7,1
Petróleo e gás	4	76	28	36,8
Regional	4	34	7	20,6
Trabalho	1	23	2	8,7
Transporte	9	277	48	17,3
Turismo	1	11	1	9,1
Total	43	827	283	34,2
Infra-estrutura <sup>2</sup>	27	658	232	35,3
<b>% infra-estrutura/total</b>	<b>62,8</b>	<b>79,6</b>	<b>82,0</b>	

Fonte: Secretaria de Planejamento e Investimento/MOG, PPA 2000-2003, momento 14, 15/06/2001. Elaboração dos autores.

Nota: (1) Mostra o total de ações do programa que contam com parcerias privadas.

(2) Infra-estrutura corresponde à soma dos setores de comunicação, petróleo e gás, energia elétrica, transporte e habitação/saneamento.

No tocante aos recursos financeiros, observa-se o mesmo comportamento, isso é, os recursos estão fortemente concentrados nos setores de infra-estrutura. Tanto que, do total dos recursos previstos para as ações com parcerias privadas (R\$ 205 bilhões), cerca de R\$ 159 bilhões (77,5%), deverão ser investidos em infra-estrutura. Essa observação também é constatada com relação aos recursos previstos para aplicação pelos parceiros privados. De um investimento total do setor privado de R\$ 171,6 bilhões, aproximadamente R\$ 141,9 bilhões (82,7%) deverão ser direcionados para os setores de infra-estrutura (ver tabela 4).

Em síntese, os 43 programas selecionados podem ser classificados como os que apresentam retorno econômico, com predominância de ações na área de infra-estrutura.

As 283 ações – dos 43 programas selecionados do PPA – previstas para serem executadas por meio de parcerias com a iniciativa privada estão relacionadas no Anexo 2. Para facilitar a visualização desse grande número de ações, elas foram reordenadas em grupos, segundo a finalidade de cada ação. Desse modo, essas 283 ações foram classificadas em 24 grupos.

Por essa sistemática adotada para a constituição dos grupos, pode-se reunir, por exemplo, as 149 ações com parcerias privadas, relacionadas nos nove programas do setor elétrico (ver Anexo 3), em cinco grupos. Um grupo é o de implantação de usinas hidrelétricas, com 48 ações, ou seja, deverão ser constituídas 48 parcerias, envolvendo cerca de R\$ 10,3 bilhões. Outro grupo é o de implantação de usinas termelétricas, com 54 ações e R\$ 21,4 bilhões. Assim, agruparam-se as ações segundo seus objetivos e finalidades.

TABELA 4

**Recursos Previstos nos Programas com Parceria Privada: por Setor**

(R\$ milhões)

Setores	Total dos programas do setor (a)	Ações com parcerias privadas (b) <sup>1</sup>	Recursos parceiros privados (c)	Em %	
				(b/a)	(c/b)
Agricultura	968	670	645	69,2	96,4
Ciência e tecnologia	9.212	8.940	6.013	97,1	67,3
Comunicação	76.555	76.386	76.342	99,8	99,9
Energia elétrica	53.922	39.024	34.960	72,4	89,6
Habitação/Saneamento	7.604	1.281	257	16,8	20,1
Indústria	1.988	1.963	1.889	98,7	96,2
Pequena empresa	48.881	8.000	955	16,4	11,9
Petróleo e gás	77.068	32.236	20.423	41,8	63,4
Regional	18.988	8.009	2.589	42,2	32,3
Trabalho	27.979	18.266	17.412	65,3	95,3
Transporte	29.651	10.026	9.961	33,8	99,3
Turismo	312	190	190	60,9	100,0
Total	353.128	204.992	171.637	58,1	83,7
Infra-estrutura <sup>2</sup>	244.800	158.954	141.943	64,9	89,3
<b>% infra-estrutura/total</b>	<b>69,3</b>	<b>77,5</b>	<b>82,7</b>		

Fonte: Secretaria de Planejamento e Investimento/MOG, PPA 2000-2003, momento 14, 15/06/2001. Elaboração dos autores.

Nota: (1) Do total de recursos dos programas por setor destacou-se o subtotal das ações com parcerias privadas.

(2) Infra-estrutura corresponde à soma dos setores de comunicação, petróleo e gás, energia elétrica, transporte e habitação/saneamento.

A tabela 5 apresenta o resultado desses agrupamentos de ações. Observa-se que foi possível reunir as ações, por suas finalidades comuns, em 23 grupos. Neles, foram reunidas 262 ações, envolvendo R\$ 204,8 bilhões, o que corresponde, respectivamente, a 92,6% das ações e a 98,9% dos recursos previstos nas parcerias. Cabe ressaltar que as 21 ações restantes foram reunidas em um único grupo denominado “diversos”. Isso foi feito porque são ações que, dadas as suas características, não se enquadram nos grupos anteriores e apresentam valores pouco expressivos.

TABELA 5

**Classificação das Ações com Parcerias: por Grupo**

Grupo	Nº de Ações	R\$ Milhões	
		Total do grupo	Total privado
Implantação de usina hidrelétrica	48	10.342	10.316
Implantação de termelétrica	54	21.454	19.662
Implantação de sistema de transmissão	26	4.937	3.980
Implantação de sistema de distribuição	5	395	395
Implantação de rede rural	14	1.474	493
Construção de trecho ferroviário	21	6.865	6.800
Construção de terminal marítimo	8	285	285
Construção de terminal fluvial	10	331	331
Recuperação da malha ferroviária	9	2.545	2.545
Vacinação contra febre aftosa	1	473	472
Financiamento P&D	18	8.689	5.932
Financiamento de desenvolvimento econômico	7	16.086	3.720
Serviço de TV por assinatura	1	14.270	14.270
Serviços de comunicação de massa	1	1.186	1.142
Serviço de telefonia móvel	1	23.630	23.630
Serviço de telefonia de uso público	1	1.500	1.500
Serviço de telefonia fixa	1	35.800	35.800
Petróleo: atuação internacional	2	599	566
Petroquímica	6	1.963	1.889
Prospecção e produção de petróleo e gás	9	28.004	16.998
Processamento de petróleo e gás	7	1.521	1.512
Ampliação rede de dutos (petróleo e gás)	10	2.112	1.347
Auxílio-alimentação e transporte ao trabalhador	2	18.266	17.412
Diversos	21	2.263	678
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>204.992</b>	<b>171.676</b>

Fonte: Anexo 3. Elaboração dos autores.



## 2.3 PARCERIAS NÃO CONSIDERADAS NO PLANO PLURIANUAL

O universo dos programas finalísticos que contam com recursos de parcerias privadas é maior do que os 67 programas nominados na tabela 1 e no Anexo 1. No PPA, não foram considerados como parcerias os programas nos quais a iniciativa privada tem a execução e/ou gerenciamento da ação, mas não aloca recursos financeiros.

Faltou considerar, por exemplo, as parcerias na área social, como as de saúde e de educação. Nessas ações, normalmente, os recursos financeiros são alocados pelo governo e a execução fica a cargo de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e/ou instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Essas parcerias foram analisadas por Galvão *et. al.* no estudo **Novas Formas de Gestão dos Serviços: a Relação Público-Privado** (1997). O estudo identifica 11 experiências de parcerias, sete na área de saúde e quatro na de educação. E mostra que “os representantes do setor privado são, predominantemente, entidades sem fins lucrativos, com uma atuação voltada ao interesse público (*id. ibid.*, p. 31).

A metodologia utilizada por Galvão baseia-se na pesquisa de Bernareggi que identificou três tipos de modelo de gestão envolvendo a relação público-privado<sup>4</sup> no campo das políticas de desenvolvimento urbano. Galvão mostra que a união entre o setor público e a iniciativa privada melhora a execução e os resultados das ações implementadas em parceria. Para tanto, afirma que

a parceria público-privado pode ser entendida como uma das várias modalidades de descentralização, entendida esta como a transferência de funções, hoje executadas pelo setor público, que poderiam ser mais bem-executadas exclusivamente ou em cooperação com o setor privado (*id. ibid.*, p. 34).

Uma constatação do estudo de Galvão é a de que as parcerias apresentam características positivas, “que venham a servir como um fator de aproximação entre o Estado e sociedade que facilita o controle social, a de representar uma maximização de recursos, a de incorporar novas tecnologias e, especialmente a de imprimir maior racionalidade à gestão” (*id. ibid.* p. 50). Concluindo, revela a existência de

grande potencial das parcerias estabelecidas com entidades sem fins lucrativos (universidades, organizações filantrópicas, órgãos de classe, ONGs, etc.), autônomas e flexíveis e que, além disso, gozam de credibilidade junto à sociedade, nas quais prevalece o interesse público e a não-sujeição às regulamentações próprias do setor público. A principal vantagem na constituição de parcerias com entidades dessa natureza está na maximização do interesse público (*id. ibid.*, p. 59).

Portanto, na área social já existe um grande número de PPP em operação, mas em virtude da definição adotada pelo PPA, não foram consideradas no Plano como parcerias.

---

4. 1º tipo – Gestão Pública Corrigida – A Administração Pública financia e gere a prestação do serviço, adotando em sua gestão elementos do setor privado, por meio da participação consultiva dos agentes privados nas decisões públicas; e da participação na estrutura sócio-jurídica do agente público. 2º tipo – Gestão Delegada Mista – A Administração Pública e o setor privado participam da gestão, por meio da realização de acordos específicos, que se materializam em estruturas organizacionais específicas. 3º tipo – Gestão Delegada Pura – A Administração Pública promove e garante a efetivação de atividades de sua competência, mas a execução e gestão ficam por conta do agente privado; este é remunerado pela própria Administração Pública, pelos usuários privados ou pelos dois.

### 3 OPINIÃO DOS GERENTES DO PPA SOBRE PARCERIAS

A expectativa era que os gerentes viabilizariam os investimentos privados para a concretização das parcerias. O manual de elaboração do PPA estabelece: “o gerente tem a missão de, em cooperação com seus parceiros, articular recursos, esforços e informação; estimular a motivação e a cooperação; e assegurar a obtenção de resultados” (MOG, 1999a, p. 12).

Como a responsabilidade de assegurar os resultados foi atribuída aos gerentes, é importante avaliar se eles estão conseguindo mobilizar recursos e informação da iniciativa privada. Para tanto, analisaram-se as respostas dos questionários do **Manual de Avaliação** (MPOG, *s.d.*), referente às ações executadas no ano 2000. Cabe destacar que os gerentes responderam aos questionários após receberem treinamento na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que tinha por objetivo uniformizar o entendimento das questões e discutir os procedimentos para as respostas. A tabulação dessas respostas pôde ser feita em 39 dos 43 programas relacionados na tabela 1, devido à disponibilidade de dados.<sup>5</sup>

Buscou-se identificar nos questionários se os gerentes têm conhecimento e informações sobre os programas em parceria com o setor privado. Para tanto, as três questões a seguir foram analisadas.

*i) Os gerentes, ao descreverem a estratégia de execução do programa, fazem alguma referência à participação da iniciativa privada?<sup>6</sup>*

*ii) Os gerentes, ao comentarem os recursos destinados ao programa, fazem referência aos recursos privados?<sup>7</sup>*

*iii) Como os gerentes avaliaram o desempenho dos parceiros privados?<sup>8</sup>*

As respostas dos 39 gerentes a essas questões estão na tabela 6. Em síntese responderam conforme a seguir.

- No tocante à estratégia de execução do programa: 22 gerentes (56%) fizeram referência à participação da iniciativa privada na estratégia de execução. No entanto, 16 gerentes (41%) não fizeram referência.<sup>9</sup>

- No que concerne aos recursos dos parceiros privados: 22 gerentes (56%) não fizeram referência aos recursos privados. Somente 11 gerentes (28%) fizeram

5. Foram excluídos da seleção quatro programas, basicamente porque os questionários não foram preenchidos, quais sejam: Transposição das águas do Rio São Francisco, Gestão da Política de Integração Nacional, Saneamento é Vida, e Luz no Campo.

6. A pergunta 8 (bloco Avaliação quanto à Concepção do Programa) refere-se à “Estratégia de Execução Empregada pelo Programa”. O Manual esclarece que a resposta e o comentário do gerente deve considerar “a forma de organizar os trabalhos no âmbito da gerência do Programa; forma de organizar os trabalhos das equipes locais envolvidas com a execução; forma de repasse de recursos; fonte de financiamentos do Programa e as parcerias etc”. (Manual de Avaliação, *s.d.*, p. 12)

7. Algumas respostas do questionário foram analisadas por fazerem referência a recursos financeiros empregados no programa. Especificamente, as questões 13 e 14 (bloco Avaliação quanto à Execução do Programa). O Manual esclarece que as respostas e os comentários dessas questões devem considerar o “cumprimento da programação físico-financeira” e a “origem das restrições”, destacando, entre essas, as parcerias privadas (*id. ibid.*, p. 15 e 16).

8. A pergunta 15 (bloco Avaliação quanto à Execução do Programa) refere-se ao “desempenho de parcerias”. O Manual esclarece que a resposta e o comentário devem considerar: “o desempenho das parcerias na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas” (*id. ibid.*, p. 16).

9. Não se considerou uma resposta que ficou indefinida. Ela foi classificada como indeterminada.

referência.<sup>10</sup> Desses 11 gerentes, dois consideraram os recursos privados suficientes; um considerou insuficiente; três consideraram que ocorreu atraso na negociação da parceria; e cinco fizeram outros comentários.

• Relativamente à avaliação do desempenho dos parceiros privados: seis gerentes (15%) avaliaram-no como alto; 19 gerentes (49%) avaliaram-no como médio. Outros quatro (10%) avaliaram-no como baixo ou muito baixo; e **10 gerentes (26%) surpreendentemente, assinalaram a resposta - o programa não prevê parcerias.**

Dessas respostas foram feitas as constatações a seguir.

a) Vários gerentes não sabiam que o programa seria executado por meio de parceria com a iniciativa privada. Tanto que dez deles (26%) afirmaram que o programa não prevê parcerias.

b) Muitos gerentes (41%), ao descreverem a estratégia de execução do programa, não fizeram referência à participação da iniciativa privada. Isso surpreende porque a estratégia de execução baseia-se na participação da iniciativa privada.

c) Metade dos gerentes avaliou o desempenho dos parceiros privados como médio. Aparentemente, porque tinha de assinalar uma resposta e sendo ela “médio”, não necessitavam fazer nenhum comentário. Esse fato mostraria que os gerentes não tinham informações suficientes.

d) A maioria dos gerentes (56%) não fez referência aos recursos financeiros dos parceiros privados. Essa omissão é grave, em virtude da expressiva participação dos recursos privados (acima de 85%) na maioria das ações em parceria.

Pelas respostas dos gerentes inferiu-se (última coluna da tabela 6) que existem três subconjuntos de programas. No primeiro, os dez programas que seriam executados por meio de parcerias com o setor privado são aqueles que os gerentes fizeram referência aos parceiros privados, nos tópicos de estratégia de execução e de recursos. No segundo subconjunto, estão os 19 programas (49% do total) que não seriam executados por meio de parcerias. Esse subgrupo é formado pelos dez programas que os gerentes afirmaram que não têm parcerias e por outros nove programas aos quais os gerentes, embora não tenham feito tal afirmação, não fizeram referência ao setor privado, ao comentarem os recursos e a estratégia de execução do programa.<sup>11</sup> No terceiro subconjunto, denominado indeterminado, estão os dez programas que apresentam uma situação mal definida. São aqueles nos quais a parceria ficou parcialmente caracterizada. Nesses programas, os gerentes fizeram referência aos recursos do setor privado, mas não mencionaram a iniciativa privada na estratégia de execução, ou vice-versa.

Uma explicação para as inesperadas respostas dos gerentes é que eles têm dificuldade em reconhecer as parcerias do Plano Plurianual. O entendimento deste texto é que essa dificuldade é conceitual. Ou seja, o conceito de parceria utilizado no PPA não corresponde ao entendimento que os gerentes têm desse termo. Por isso, muitos gerentes chegam a assinalar que o programa não tem parceria.

---

10. Não foram consideradas seis respostas. Elas foram classificadas como indeterminadas.

11. Em sete desses nove programas os gerentes avaliaram o desempenho dos parceiros como médio. O que confirmaria a suspeita de que na falta de informação os gerentes assinalam a resposta “médio”.

TABELA 6

**Caracterização das Parcerias pelos Gerentes do PPA**

Programas públicos em parceria com o setor privado	Gerentes citam parceiros privados		Desempenho dos parceiros	Tabulação <sup>2</sup>
	Estratégia de execução do programa	Fonte de recursos do programa		Os gerentes reconhecem as parcerias
Erradicação da febre aftosa	Não	Não	Médio	Não
Produtividade de cítricos	Não	Sim	Alto	Ind.
Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	Sim	Não	Médio	Ind.
Ciência e tecnologia para o setor aeronáutico	Sim	Não	Alto	Ind.
Inovação para competitividade	Não	Não	Médio	Não
Sociedade da informação – Internet II	Não	Não	Médio	Não
Desenvolvimento da Amazônia Legal	Não	Não	Médio	Não
Desenvolvimento da Região Nordeste	Não	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Serviços de comunicação de massa	Não	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Serviços privados de telecomunicações	Não	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Telefonia fixa	Não	Sim	Alto	Ind.
Atuação internacional na área de petróleo	Sim	Sim	Médio	Sim
Energia nas pequenas comunidades	Não	Não	Baixo	Não
Energia na rede Sudeste	Sim	Sim	Baixo	Sim
Energia no eixo arco norte	Não	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Energia no eixo Madeira–Amazons	Sim	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Energia no eixo Sul	Sim	Não	Médio	Ind.
Energia nos eixos do Centro-Oeste	Sim	Sim	Médio	Sim
Energia nos eixos do Nordeste	Sim	Sim	Alto	Sim
Integração elétrica Norte–Sul	Sim	Ind.	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Matérias-primas e prod. básica. da ind. petroquím.	Sim	Não	Médio	Ind.
Oferta de petróleo e gás natural	Sim	Não	Médio	Ind.
Refino de petróleo	Sim	Ind.	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Trans. dutov. de petróleo, deriv. e gás nat.	Sim	Sim	Médio	Sim
Desenv. de médias, pequenas e microempresas	Sim	Ind.	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Design Brasil	Sim	Sim	Médio	Sim
Turismo verde	Não	Não	Alto	Não
Assistência ao trabalhador	Não	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Corredor leste	Sim	Não	Médio	Ind.
Corredor Araguaia–Tocantins	Sim	Sim	Médio	Sim
Corredor Mercosul	Sim	Sim	Médio	Sim
Corredor Nordeste	Sim	Sim	Alto	Sim
Corredor Oeste–Norte	Sim	Ind.	M. Baixo	Ind.
Corredor São Francisco	Ind.	Ind.	Médio	Ind.
Corredor Sudoeste	Não	Não	Médio	Não
Corredor Transmetropolitano	Não	Não	Médio	Não
Trans. ferroviário urbano de passageiros	Não	Não	Médio	Não
Morar melhor	Sim	Não	Não <sup>1</sup>	Não <sup>1</sup>
Programa Brasileiro de Qual. e Produtividade (PBQP)	Sim	Sim	Baixo	Sim

Fonte: Questionário de Avaliação de Programas do Plano Plurianual 2000. Elaboração dos autores.

Nota: (1) Os gerentes afirmaram no questionário: **o programa não prevê parceria.**

(2) Tabulação: **Não**, nos programas assinalados com notas (não prevê parcerias) e naqueles que o gerente não faz referência a parceiros privados; **Sim**, nos programas que os gerentes fizeram referência aos parceiros privados nos tópicos de estratégia e de recursos; **Ind.**, indeterminado nos demais programas.

## 4 CONCEITOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A desvantagem do conceito de parceria utilizado no PPA é que ele enfatizou somente a questão financeira, não considerando as demais características de uma parceria. Por isso, aparentemente, os gerentes podem ter tido dificuldade em entender as parcerias previstas no seu programa. Isso porque o Plano pode estar considerando como parceria ações que não se enquadram nessa categoria e, eventualmente, excluindo outras que deveriam ser enquadradas.

Para avaliar se a dificuldade dos gerentes é conceitual, examina-se, primeiramente, o conceito de parceria entre agentes privados e destacam-se as principais características que o conceito confere às parcerias. Em seguida, examinam-se alguns conceitos de parceria entre agentes públicos e privados, destacando, em cada caso, se o conceito enquadra parceria como um tipo de associação que tem características próprias.

#### 4.1 CONCEITO DE PARCERIA ENTRE AGENTES PRIVADOS

As parcerias no setor agrícola são conhecidas e praticadas há muito tempo. Possivelmente por isso, o seu conceito está nítido para a maioria da população. Os dicionários devem ter ajudado a consolidar e divulgar o significado dessa expressão, como, por exemplo o **Dicionário de Economia** (Sandroni, 1989), que define parceria como:

Tipo de associação, comum na agricultura, em que o proprietário fornece a terra e algum adiantamento de capital (sementes, mudas, adubos, preparação do terreno, etc.), enquanto o lavrador participa com o trabalho e a administração do negócio. O lavrador paga o aluguel da terra ao proprietário com parte da safra bruta ou com o equivalente em dinheiro, na proporção estipulada e de acordo com normas contratuais.

Parceria também é definida no **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa** (Ferreira, 1969), como:

Reunião de indivíduos para um fim de interesse comum; sociedade; companhia agrícola (jur): contrato pelo qual alguém cede a outrem um prédio rústico para ser cultivado, repartindo-se os frutos entre ambos na proporção que estipularem; marítima (jur): empresa em que se associam os condôminos de um navio para realizar a exploração deste; pecuária (jur): contrato pelo qual alguém entrega animais a outrem para pastorear, tratar e criar, mediante uma cota nos lucros produzidos.

Nos últimos anos as parcerias agrícolas foram estimuladas pela Bolsa de Parcerias e Arrendamento da cidade de Uberaba e pelo Ministério da Agricultura, com base neste conceito:

Um agricultor profissional faz um contrato de parceria com o proprietário de uma área de terra nua, uma pastagem ou mesmo uma fazenda completa e montada, pagando ao proprietário percentual da produção. O proprietário assume, com o parceiro, os riscos de uma safra bem-sucedida.<sup>12</sup>

É interessante destacar que essas definições de parcerias, entre agentes privados, são muito semelhantes, o que confirmaria o entendimento de que esse conceito está consolidado. As principais características de uma parceria, entre agentes privados, pela ordem de importância, são:

*i)* associação negociada de fatores de produção (capital, trabalho, recursos naturais, etc.) para a obtenção de uma utilização maior e mais eficiente dos recursos produtivos reunidos na parceria;

---

12. O endereço da Bolsa de Parcerias e Arrendamento de terras é: [www.bolsadearrendamento.com.br/](http://www.bolsadearrendamento.com.br/).

ii) os parceiros compartilham os riscos e benefícios da atividade, na medida em que são remunerados por percentual da produção;<sup>13</sup>

iii) a motivação principal dos parceiros é o lucro; e

iv) os contratos são negociados pelos interessados (as principais cláusulas tratam de objetivos, responsabilidades, controles, repartição da produção e prazo de vigência).

Além de possuírem essas características em comum, as parcerias entre agentes privados apresentam-se como uma associação que não tem necessidade de constituir uma nova empresa (nem integralizar um capital da sociedade). Para os parceiros, basta um contrato que expresse a negociação entre as partes. Outra característica é que na dissolução da parceria as partes recuperam a posse dos seus fatores de produção.

## 4.2 CONCEITO DE PARCERIA ENTRE AGENTES PÚBLICO E PRIVADO

Em seu estudo sobre as formas de parcerias na administração pública brasileira, Di Pietro (1996) relaciona as seguintes modalidades: privatização; concessão de serviço público; concessão de obra pública; permissão; autorização; franquia; terceirização; convênio; fomento; e outras formas. Ao tratar de outras formas de parceria na área pública, a autora cita, como exemplos, as fundações de apoio a entidades públicas e a cooperativas prestadoras de serviços públicos. Segundo a autora, “o vocábulo parceria é utilizado para designar todas as formas de sociedade que, sem formar uma nova pessoa jurídica, são organizadas entre os setores público e privado, para a consecução de fins de interesse público” (*id. ibid.*, p. 31).

Aparentemente, Di Pietro não considera parceria como uma associação que tem características próprias. De maneira que não diferencia uma associação que atende a essas características – a qual, no nosso entendimento, deve ser classificada como parceria – de outra que não as atende e por isso não deve ser enquadrada como tal. Para a autora, parceria entre o poder público e a iniciativa privada serve para designar fórmulas antigas, como a concessão e permissão de serviços públicos. Di Pietro afirma, na introdução de seu estudo, que “são institutos velhos que aparecem com nova roupagem”. Por esta ótica, parceria é apenas um novo nome para caracterizar uma fórmula antiga.

Possivelmente, por esse motivo alguns autores questionam determinadas modalidades jurídicas mencionadas por Di Pietro. Afirmam que tais modalidades não representam PPP, especialmente quando o Estado não coopera na execução da ação e/ou não se beneficia do seu resultado. Um autor que questiona algumas dessas modalidades é Diniz (1998). Ele afirma que nesses casos o que ocorre é a mera delegação, por parte do poder público, de atividades de sua alçada para o setor privado, ficando o Estado apenas na retaguarda, regulando a matéria e fiscalizando o cumprimento de suas normas. Diniz conclui a sua argumentação afirmando:

A lógica empregada por Di Pietro ao considerar tais modalidades como formas de parceria provém, obviamente, do pensamento jurídico, o qual parte da premissa de que o que se delega nos casos acima questionados é tão somente a atividade, e não a responsabilidade. Por conseguinte, o

---

13. Quando o pagamento é estabelecido como uma quantia fixa em dinheiro, tem-se um contrato de arrendamento que é muito parecido com um aluguel. Nesse caso, todos os riscos e lucros são assumidos apenas pelo arrendatário. A diferença principal do contrato de parceria é que o pagamento é feito com um percentual da produção e não com uma quantia fixa em dinheiro.

Estado torna-se parceiro do particular pelo vínculo da responsabilidade que aquele tem, perante a coletividade, no tocante à oferta dos serviços (*id. ibid.*, p. 511).

A partir da argumentação de Diniz pode-se concluir que o entendimento de parceria de Di Pietro é muito abrangente e, portanto, de pouca utilidade para este estudo. Ainda no campo jurídico, cabe destacar que outros autores compreendem que parceria entre o setor público e o privado é uma associação que apresenta características próprias. Entre esses, cabe citar Moreira Neto (1997), que aborda essa questão sob o enfoque do Direito Administrativo e emprega um conceito que destaca a colaboração que deve ocorrer entre os integrantes da parceria, qual seja: “Uma modalidade de colaboração entre o setor privado e o setor público em que entidades não estatais participem em atividades estatais de índole econômica, auferindo lucros em sua execução” (*id. ibid.*, p. 76).

Dessa definição depreende-se que colaboração entre o setor privado e o setor público significa que pode ocorrer uma complementação de esforços e/ou recursos na execução de determinado empreendimento; que as entidades privadas podem executar as ações; e que a motivação da parceria é o lucro, possivelmente, e por isso restringe esse tipo de associação aos projetos de caráter econômico, ou seja, às atividades estatais de índole econômica.

A questão da divisão dos custos e dos benefícios das parcerias é também a preocupação do estudo de Diniz. Para tratar dessa questão esse autor propõe uma sistemática de cálculo para estimar o equilíbrio econômico-financeiro nas parcerias. Ele comenta que essa questão tem sido enfatizada por outros autores em publicações recentes, e cita os seguintes:

Grant (1996), falando especificamente das parcerias público-privadas, assevera que a essência de tais parcerias são os benefícios mútuos proporcionados pelas mesmas, os quais devem ser vislumbrados desde a fase de projeto. Woodward (1994) afirma que o que existe em comum em todas as parcerias bem-sucedidas entre o setor público e a iniciativa privada é o reconhecimento e a sincera crença de que a cooperação possa gerar grandes dividendos para ambas as partes, especialmente quando vista sob o enfoque do longo prazo. George (1994) diz acreditar que uma parceria forte deve refletir, de modo justo, os interesses tanto do setor público quanto do setor privado (Diniz, 1998, p. 514).

Diniz ressalta que no caso do setor público o benefício extrapola a simples questão da repartição do lucro. Esclarece que é possível que o Estado faça parte de uma parceria com o particular sem, necessariamente, participar especificamente dos lucros do negócio e, ainda assim, auferir benefícios. Considera, por exemplo, o caso de um programa de parcerias, implementado por um governo estadual, com vista na implantação, pela iniciativa privada, de empresas dentro de prisões, empregando capital misto (público-privado) e mão-de-obra carcerária. Supõe que o governo não participa dos lucros do negócio conjunto, os quais fluem integralmente para o empreendedor privado. Considera que tal informação poderia induzir o pensamento imediato de que haja um desequilíbrio no negócio. No entanto, esclarece que o Estado poderá perceber outras vantagens financeiras advindas do negócio, tais como: *a)* receita de aluguel do espaço físico ocupado pela empresa; *b)* encargos sociais descontados da folha de pagamento dos detentos empregados pela empresa; e *c)* reembolso, pelos mesmos detentos, das despesas de alimentação e de alojamento que o Estado tenha com eles.

Conclui ponderando que a atividade estatal se reveste de certa peculiaridade que a torna mais complexa do que a atividade privada, no tocante à verificação e à análise de custos e benefícios de projetos a serem implementados. Para o autor, a referida peculiaridade tem a ver com o fato de que nem sempre um projeto público objetiva somente resultados econômicos para o governo. Nesse caso, utiliza o exemplo anterior, do programa de geração de empregos nas prisões, que pode gerar outros benefícios monetariamente quantificáveis, que favoreçam terceiros, mas podem ser contabilizados como benefícios do Estado, tais como: deduções dos salários dos detentos para o pagamento de indenizações destinadas às vítimas de crimes cometidos por eles; descontos dos salários dos detentos para auxílio a suas próprias famílias (uma espécie de pensão); tributos federais retidos na fonte (Diniz, 1998, p. 520).

Outro estudo que trata das PPP, exclusivamente para projetos na área social, é o que foi coordenado por Galvão. O estudo adota, como metodologia, a identificação das características de PPP a partir da análise de 11 empreendimentos em execução. Foram identificados três modelos de parceria. Desses, um é específico para a área social e dois podem também ser considerados para empreendimentos econômicos. São os modelos de “Contratualização” e de “Concessão”. As principais características desses modelos estão descritas a seguir.

Contratualização: *i*) possibilidade de livre escolha do parceiro; *ii*) relação contratual negociada – objetivos, controles, metas, garantias, parâmetros de qualidade, financiamento, vigência; *iii*) Diversidade de tipos de contratos – convênio, protocolo de intenções, termo de compromisso, contrato inominado, contrato típico, etc; *iv*) possibilidade da relação entre parceiros ser precedida por autorização legislativa e/ou ato do Poder Executivo, ou ainda ser estabelecida sem interferência desses poderes; *v*) natureza do parceiro – público ou privado com ou sem fins lucrativos (Galvão, 1997, p. 47).

Concessão: *i*) parceiro definido mediante processo licitatório; *ii*) natureza do parceiro – entidades privadas com ou sem fins lucrativos; *iii*) contrato de adesão com cláusulas de garantias e penalidades; *iv*) remuneração dos serviços feita pelo poder público; *v*) poder público regulamenta e fiscaliza os serviços; *vi*) parceiro não-sujeito aos controles tipicamente públicos (*id. ibid.*, p. 47).

Por último, cabe citar a conceituação de PPP que consta em documento da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para viabilizar projetos de infra-estrutura:

Acordos entre Governo e entidades do setor privado com a finalidade de prover, às comunidades, equipamentos de infra-estrutura pública e serviços correlatos. Tais parcerias são caracterizadas pela repartição compartilhada, entre os parceiros, dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. As condições para o estabelecimento de tais parcerias variam, mas geralmente envolvem o financiamento, projeto, construção, operação e manutenção dos equipamentos e serviços de infra-estrutura (MPOG, 2001, p. 6).

Pelo exposto, a preocupação do Ministério, no que tange à constituição de PPP, é com a produção de bens públicos na área de infra-estrutura.

Em seguida, o documento afirma que:

A lógica subjacente para o estabelecimento de parceria é a de que tanto o setor público quanto o setor privado apresentam características únicas, que dão a cada um **vantagens específicas** em determinados aspectos do serviço ou do projeto a ser implantado. Os acordos de parceria mais bem



sucedidos **aproveitam as qualidades de ambos os setores**, público e privado, no estabelecimento de **relações de complementaridade** (*id. ibid.*, p. 6, grifos do autor).

Ou seja, a união de esforços entre os setores público e privado permite uma conjugação de vantagens específicas, que amplia a possibilidade de sucesso da ação em parceria.

É importante destacar que essas definições de parcerias entre agentes públicos e privados, à exceção da definição de Di Pietro (1996), são relativamente semelhantes e mostram que esse conceito, possivelmente, ainda está em fase de consolidação. Por isso, este trabalho busca elaborar um conceito com base nas principais características de Parcerias Público-Privadas.

## 5 CONCEITO DE PPP ELABORADO POR ESTE TRABALHO

O conceito de PPP deste trabalho é expresso em termos de suas características essenciais e econômicas. As características econômicas são importantes por duas razões principais. A primeira, é que a maioria das parcerias consideradas no PPA é de empreendimentos econômicos, concentrados na área de infra-estrutura, que deverão utilizar cerca de 85% dos recursos previstos para as parcerias privadas. A outra razão é que a definição de PPP do Ministério do Planejamento contempla, exclusivamente, projetos econômicos, especialmente os direcionados para a produção de serviços públicos de infra-estrutura. Essa definição do MPOG considera que os parceiros repartem e compartilham: investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. Além disso, os estudos que analisam as parcerias na área social também utilizam conceitos econômicos para tipificá-las e avaliá-las, com base na maximização de recursos, incorporação de novas tecnologias e melhoria da racionalidade da gestão (Galvão, 1997).

### 5.1 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE UMA PPP

O conceito de PPP adotado por este trabalho apresenta duas características essenciais, quais sejam:

- i) estar direcionada para o fornecimento de serviços públicos;<sup>14</sup> e
- ii) proporcionar benefícios ao Estado (e à sociedade) em complementação aos resultados financeiros.

Quanto ao fornecimento de serviços públicos, parece que esta característica é a condição necessária para a identificação das PPP. Quando ela não é atendida, não se pode falar em uma parceria público-privada.

Assim, a questão inicial consiste em identificar os programas/ações considerados no PPA que estão direcionados para o fornecimento de serviços públicos, pois tais ações podem ser implementadas por meio de PPP. Para tanto, é necessário examinar

---

14. O conceito de bens públicos foge ao escopo deste trabalho, na medida em que estes, mesmo que implantados por meio de parcerias, somente o são pela finalidade de prestar um serviço público, como por exemplo a implantação de hidrelétricas, a prospecção e o refino de petróleo, e a construção de estradas que visam a prestar serviços públicos de fornecimento de energia e de transportes. Esse também é o entendimento do Ministério do Planejamento, que estabelece, ao discutir o conceito de PPP, que as parcerias são “uma forma de comprar serviços e não instalações” (MPOG, 2002, p. 7).

o entendimento do termo “serviços públicos”. Segundo Meirelles, “não se pode, em doutrina, indicar as atividades que constituem serviço público, porque variam segundo as exigências de cada povo e de cada época” (Meirelles, 1999, p. 297). No entanto, o referido autor conceitua como sendo serviço público “todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado” (*id. ibid.*, p. 297).

Para a finalidade deste trabalho, o conceito supracitado continua muito abrangente. Por isso, torna-se necessário classificar os serviços públicos segundo suas características. Nesse sentido, destaca-se a classificação de “serviços de utilidade pública”<sup>15</sup> como

os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários. Esses serviços, normalmente, são rentáveis (*id. ibid.*, p. 298).

Por essa classificação de serviços de utilidade pública, eles devem atender a cinco características: *i)* serem fornecidos diretamente pela Administração Pública ou por terceiros, sob delegação; *ii)* serem controlados e regulamentados pelo Estado; *iii)* serem ofertados por conta e risco dos prestadores; *iv)* serem remunerados pelos usuários; e *v)* serem rentáveis. No quadro 1, a seguir, analisa-se se os grupos de ações em parceria, conforme consolidados na tabela 5, à exceção do grupo denominado diversos,<sup>16</sup> satisfazem essas cinco características, ou seja, se atendem à condição necessária de uma PPP: fornecer serviço de utilidade pública.

Constata-se, no quadro 1, que seis grupos de ações não satisfazem as características de fornecimento de serviços de utilidade pública. As ações consideradas nesses grupos não atendem à condição necessária de PPP, ou seja, devem ser excluídas do rol das ações em parceria, conforme a seguir.

a) Os dois grupos de ações de financiamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (18 ações) e de Empreendimentos Econômicos (oito ações) foram desconsiderados porque os recursos privados registrados no PPA como dos parceiros privados são, efetivamente, as contrapartidas dos empresários a esses financiamentos. Em outras palavras, os ditos parceiros são na realidade mutuários que, na sua maioria, não estão voltados para a prestação de serviços de utilidade pública. O agente financeiro não participa do empreendimento como parceiro; a sua remuneração está preestabelecida no contrato de financiamento.

---

15. A classificação dos “serviços públicos” são privativos do poder público, sendo portanto indelegáveis. Por isso, não são passíveis de execução por meio de parcerias, como os serviços de segurança e de polícia.

16. Desconsideraram-se as ações contidas no grupo diversos por duas razões principais. A primeira, é que essas ações não são passíveis de agrupamento, por não apresentarem características comuns. O enquadramento dessas ações teria que ser feito de forma individualizada, o que estenderia sobremaneira este trabalho, com um benefício adicional muito reduzido. A segunda razão é que este grupo é composto por 21 ações, que correspondem a 7,4% das ações em parcerias previstas no PPA e selecionadas neste trabalho. Em termos de recursos financeiros oriundos da iniciativa privada, essas 21 ações têm uma expressão ainda menos significativa. A previsão é de somente R\$ 437 milhões, o que representam 0,25% dos R\$ 171,7 bilhões de recursos privados previstos nas parcerias.

b) O grupo de ações referente à atuação internacional da Petrobras (duas ações) não foi considerado porque essa é uma estratégia, dessa empresa, que visa à sua internacionalização, e não o cumprimento de uma delegação da administração pública. Ou seja, o foco da ação não atende à condição de fornecer serviço de utilidade pública. O grupo de ações do setor petroquímico (seis ações), que no passado era considerado como setor estratégico e com forte participação do setor público, atualmente opera sob as características de empresas privadas, e também não pode ser considerado como prestação de serviço de utilidade pública.

c) Por fim, cabe mencionar o grupo de ações auxílio-alimentação e transporte (duas ações) e o grupo vacinação contra febre aftosa em bovinos (uma ação), os quais são executados em virtude de imposição definida em lei, onde estão sujeitos, respectivamente, todos os empregadores e pecuaristas.

QUADRO 1

**Característica Essencial de PPP: Fornecimento de Serviços Públicos**

Grupos de ações	Serviços de utilidade pública: características principais					Grupo satisfaz caract. de PPP
	Fornecidos pela admin. ou por delegados	Controlados e regulamentos pela Administração	Risco dos prestadores dos serviços	Remunerados pelos usuários	Serviços são rentáveis	
Fornec. elétric. – implantação de UHE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fornec. elétric. – implantação de UTE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de transmissão de eletricidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de distribuição de eletricidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de eletrificação rural	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. transp. constr. de trecho ferrov.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. transp. constr. de terminal marít.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. transp. constr. de terminal fluvial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. transp. recup. de malha ferrov.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vacinação contra febre aftosa em bovinos	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Financiamento P&D	Não	Não	Não	Sim	Ind.	Não
Financ. empreend. Econômicos	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Serv. de TV por assinatura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de telefonia Fixa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de telefonia móvel	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de telefonia uso público	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serv. de comunic. eletrônica de massa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Petro/gás: atuação internac.	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Petro/gás: impl. rede de dutos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Petro/gás: prospecção e prod.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Petro/gás: processamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Petroquímica	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Aux.-alimentação e transp.	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Anexo 3. Elaboração dos autores.

Quanto à outra característica essencial – proporcionar benefícios ao Estado (e à sociedade) em complementação aos resultados financeiros –, considera-se que ela está presente em todos os programas. Isso porque é sempre possível identificar algum tipo de benefício adicional. O que varia de um programa para outro é a intensidade deste benefício. Em grande medida, esses benefícios transparecem no próprio objetivo de cada um dos programas. Em consequência, adota-se a hipótese de que todos os programas, em maior ou menor grau, trazem algum tipo de benefício adicional; em outras palavras, todos os programas atendem a esta condição.

## 5.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE PPP

As demais características econômicas do conceito aqui adotado expressam o fato de que as parcerias são uma maneira de repartição compartilhada entre os parceiros dos investimentos e de outros fatores, como riscos, responsabilidades, prazo da parceria, ganhos, etc. Em síntese, os parceiros devem:

- i)* participar com fatores de produção (recursos financeiros, recursos naturais, e/ou outros fatores);
- ii)* ser selecionados por meio de livre escolha ou processo licitatório;
- iii)* estabelecer as normas que regem as relações da parceria por meio de contrato negociado ou contrato de adesão; e
- iv)* auferir remuneração financeira pela participação em PPP.<sup>17</sup>

Para o objetivo deste trabalho adotaram-se qualificações das características descritas a seguir.

*a)* Fatores de produção. Nesse item, cabe ressaltar as peculiaridades da participação do Estado. Dado o seu poder discricionário,<sup>18</sup> o Estado pode participar da parceria sem necessariamente ter a posse dos fatores de produção que aloca no empreendimento. No caso da alocação de recursos financeiros, além de aplicar diretamente recursos orçamentários, o Estado pode capitalizar o empreendimento por meio de financiamento de instituições federais em condições especiais, renúncia fiscal, redução ou isenção de impostos, entre outros. No que tange aos recursos naturais, como fator de produção do Estado, além de se considerar o conceito consagrado – no qual o Estado é o proprietário do recurso natural e o disponibiliza para viabilizar o empreendimento –, considera-se também o poder que o Estado possui para disponibilizar os recursos naturais ao empreendimento, mesmo que seja de propriedade privada. Nesse caso, utiliza-se o mecanismo da desapropriação de bens privados pelo interesse social. Um bom exemplo é a construção de linhas de transmissão que atravessam inúmeras propriedades particulares: quando não há acordo entre as partes, o Estado é acionado para viabilizar o empreendimento. Por isso, este trabalho considera que o Estado, ao utilizar seu poder discricionário para disponibilizar fatores de produção, tais como recursos financeiros e recursos naturais, participa efetivamente das PPP.

*b)* Processo de seleção do parceiro. Na constituição de PPP, o Estado ou suas empresas podem escolher os parceiros de duas diferentes maneiras. A primeira se dá por meio do processo de livre escolha. A segunda, por meio de processo licitatório.

---

17. Outra característica de PPP consiste na necessidade dos parceiros de constituir uma nova empresa e integralizar o seu capital, como nos casos de projetos no setor de infra-estrutura, especialmente hidrelétricas e linhas de transmissão. Nesses casos, quando há dissolução da parceria, os parceiros não podem recuperar a posse dos seus fatores de produção originais. Esses fatores transformaram-se em um bem (obra), que não pode ser desfeito nos fatores originalmente empregados.

18. “Poder discricionário é o que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo” (Meirelles, 1999, p.102). Essa definição é complementada pelo conceito de Domínio Público que “em sentido amplo é o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre os bens do seu patrimônio (bens públicos), ou sobre os bens do patrimônio privado (bens particulares de interesse público)” (id. *ibid.*, p. 457).

c) Tipos de contratos. As PPP são regidas por dois tipos de contratos. Um, é a relação contratual negociada e o outro, o contrato por adesão. Ambos devem apresentar cláusulas contratuais semelhantes, que contemplem: objetivos, metas, garantias, controles, parâmetros de qualidade, financiamento, penalidades, vigência, responsabilidades, distribuição de benefícios, entre outros.

d) Remuneração financeira. Nessa característica busca-se constatar se, além do setor privado, o Estado ou suas empresas recebem retorno financeiro. Considera-se que a remuneração financeira provém do resultado operacional do empreendimento. Não se considera como remuneração financeira do Estado os valores monetários recebidos pelas outorgas e concessões, ao setor privado, para a exploração de recursos naturais e/ou serviços.

No quadro 2, é analisado se os grupos de ações em parceria, que atenderam à condição necessária (fornecer serviço de utilidade pública) satisfazem as quatro características econômicas das PPP. Observa-se, nesse quadro, que os 17 grupos de ações em parceria estão contidos em quatro setores de infra-estrutura econômica. São os setores de energia elétrica (cinco grupos de ações), de transportes (quatro grupos de ações), de telecomunicação (cinco grupos de ações) e o setor de petróleo e gás (três grupos de ações).

QUADRO 2

**Classificação dos Grupos de Ações pelas Demais Características Econômicas de PPP**

Grupos de ações	Atendimento das características sob a ótica do Estado				Grupo satisfaz caract. de PPP
	Participa com fatores de produção	Escolha do parceiro	Tipo do contrato	Recebe Remuneração Financeira	
Formec. eletric. – implantação de UHE	Sim	Licitação	Adesão	Não	Sim
Fornec. Eletric. – implantação de UTE	Não	Livre escolha	Negociado	Não	Não
Serv. de transmissão de eletricidade	Sim	Licitação	Adesão	Não	Sim
Serv. de distribuição de eletricidade	Sim	Licitação	Adesão	Não	Sim
Serv. de eletrificação rural	Sim	Livre escolha	Negociado	Não	Sim
Serv. transp. Constr. de trecho ferrov.	Não	Não participa	Não partic.	Não	Não
Serv. transp. Constr. de terminal marit.	Não	Não participa	Não partic.	Não	Não
Serv. transp. Constr. de terminal fluvial	Não	Não participa	Não partic.	Não	Não
Serv. transp. recup. malha ferrov.	Não	Não participa	Não partic.	Não	Não
Serv. de TV por assinatura	Não	Livre escolha	Negociado	Não	Não
Serv. de telefonia fixa	Não	Licitação	Adesão	Não	Não
Serv. de telefonia móvel	Não	Licitação	Adesão	Não	Não
Serv. de telefonia uso público	Não	Licitação	Adesão	Não	Não
Serv. de comunic. eletrônica de massa	Não	Livre escolha	Negociado	Não	Não
Petro/gás: impl. rede de dutos	Sim	Livre escolha	Negociado	Sim	Sim
Petro/gás: prospecção e prod.	Sim	Livre escolha	Negociado	Sim	Sim
Petro/gás: processamento	Sim	Livre escolha	Negociado	Sim	Sim

Fonte: Anexo 3. Elaboração dos autores.

Com relação ao setor de energia elétrica, constata-se que três grupos de ações – implantação de usina hidrelétrica (48 ações), implantação de sistemas de transmissão (26 ações) e implantação de rede rural (14 ações) – satisfazem a três características econômicas de PPP, mas não satisfazem a característica que prevê a remuneração financeira do Estado. Apesar disso, considerou-se que esses três grupos atendem ao conceito de PPP deste trabalho. Nesses grupos considerou-se que o Estado participa

com fatores de produção,<sup>19</sup> escolhe os parceiros por meio de licitação e firma com o vencedor um contrato de adesão.

Ainda no setor de energia elétrica, constatou-se que dois grupos de ações – implantação de usinas termelétricas (54 ações) e implantação de sistema de distribuição (cinco ações) – não foram enquadrados como PPP. No caso de implantação de Usina Termelétrica (UTE), a empresa interessada em executar o empreendimento solicita autorização para implantação e operação ao governo. O Estado autoriza segundo seu planejamento setorial e seus critérios ambientais, mas não participa com fatores de produção, não promove licitação, nem recebe remuneração financeira. No tocante à implantação de sistemas de distribuição, trata-se de serviços que foram privatizados, com metas de ampliação estabelecidas nos contratos de concessão, e de responsabilidade exclusiva das empresas privadas. Por isso, o governo não participa dessas ações com fatores de produção, nem é remunerado pelo serviço.

No que tange ao setor de transportes, o trabalho conclui que nenhum dos quatro grupos de ações atende as características econômicas de PPP. Nos dois grupos de ações do segmento ferroviário – construção de trechos ferroviários (21 ações) e recuperação da malha ferroviária (nove ações) – esses empreendimentos estão sob a responsabilidade exclusiva do setor privado, desde o processo de privatização do sistema ferroviário. Os outros dois grupos de ações – construção de terminais marítimos (oito ações) e fluviais (dez ações) – também são de responsabilidade exclusiva da iniciativa privada. Admite-se que a área na qual deverão ser construídos os terminais é privada e que as ações serão executadas a critério da iniciativa privada. Em síntese, o rol de ações da área de transportes constam do PPA como um esforço de planejamento indicativo. O Estado as considera necessárias, mas não participa, efetivamente, da viabilização dessas ações, pois não promove as licitações, nem aloca, nas mesmas, fatores de produção.

Relativamente ao setor de telecomunicações, o texto considera que nenhum dos cinco grupos de ações atende às características econômicas de PPP. Os serviços de telecomunicações – telefonia fixa (uma ação), telefonia móvel (uma ação) e telefonia de uso público (uma ação) – foram privatizados. As metas de ampliação desses serviços constam dos contratos de concessão, como responsabilidade das empresas privadas que venceram as licitações. Por isso, o governo não participa da ampliação desses serviços. As novas empresas que estão ingressando no setor para estimular a concorrência (empresas espelho e bandas C, D e E) seguem a mesma sistemática das empresas anteriormente privatizadas. Com relação aos dois outros grupos de ações – serviço de TV por assinatura (uma ação) e serviço de comunicação eletrônica de massa (uma ação) – têm a mesma sistemática de operação: as empresas interessadas solicitam ao governo autorização de funcionamento e este concede com base em seus critérios técnicos e políticos. O Estado não participa com fatores de produção e nem promove licitações.

Finalmente, no que se refere ao setor de petróleo e gás natural, considerou-se que os três grupos de ações atendem os critérios econômicos de PPP. Nesses três grupos – ampliação de rede de dutos (dez ações), prospecção e produção (nove ações) e processamento de petróleo e gás (sete ações) –, a Petrobras escolhe o parceiro, negocia o

---

19. No casos de implantação de UHE e de implantação de sistemas de transmissão de eletricidade, o Estado participa com recursos naturais (terra e potencial hidráulico) nem que, para isso, tenha de recorrer de seu poder discricionário. No caso de implantação de rede rural, o Estado também participa com recursos financeiros.

contrato, participa com fatores de produção e recebe remuneração financeira pelo resultado dos empreendimentos.

## 6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho selecionou 283 ações que no PPA estavam previstas para serem executadas por meio de parcerias. Essas ações foram reunidas em 24 grupos por apresentarem objetivos e/ou finalidades semelhantes. As 21 ações que não apresentam objetivos e/ou finalidades comuns e que, em termos financeiros, têm pequena expressão, foram incluídas no grupo diversos. Assim restaram 262 ações, reunidas em 23 grupos, que foram analisadas com base no conceito de PPP adotado por este trabalho.

Inicialmente, buscou-se identificar, no quadro 1, os grupos de ações que atendem à característica essencial de PPP: fornecer serviços de utilidade pública. Constatou-se que seis grupos, com 37 ações, não satisfazem essa característica, de maneira que somente os 17 grupos de ações restantes, com 225 ações, continuaram sendo analisados.

Em seguida, identificou-se, no quadro 2, quais desses 17 grupos de ações atendem às quatro características econômicas de PPP. Esta análise mostrou que somente seis grupos, com 114 ações, podem ser classificados como PPP.

Desses seis grupos constatou-se que três, executados pela Petrobras e seus parceiros, atendem integralmente às quatro características econômicas. Os outros três grupos, do setor de energia elétrica (implantação de Usina Hidrelétrica – UHE –, implantação de Sistema de Transmissão – ST – e implantação de rede de eletrificação rural), não atenderam a característica de proporcionar retorno financeiro ao Estado.

Esse resultado chama a atenção porque é modesto o número de ações em parcerias no PPA que podem ser classificadas como PPP, pelo conceito econômico adotado por este trabalho. Ele mostra que o governo tem dificuldade em constituir parcerias reconhecidas como tal. Aparentemente, isso ocorre pelo desgaste do termo parceria, que tem sido empregado sem uma boa caracterização e pela ausência de critérios homogêneos de enquadramento.

A falta de critérios para a inclusão das parcerias no PPA fica evidente quando se observam as diferenças entre o tratamento concedido às licitações conduzidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o concedido às licitações realizadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). No caso da Aneel, o seu programa de licitações para construção e operação de UHE, de ST, bem como as autorizações para a implantação de UTE e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), constam das ações do PPA (Anexo 3). Tanto que, no período 2000/2001, a Aneel licitou 24 UHEs, 16 STs e autorizou a implantação de 119 UTEs.

Por outro lado, cabe destacar que a ANP realizou quatro rodadas de licitações para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, que ao todo ofereceram 157 blocos, dos quais 88 foram arrematados por 42 empresas, nacionais e estrangeiras.

As quatro rodadas geraram uma arrecadação total de R\$ 1,55 bilhão para União, correspondente ao pagamento de taxas de participação e bônus de assinatura, sendo que, diferentemente do tratamento concedido pelo Plano à Aneel, as licitações da ANP não foram incluídas no PPA.

## 7 SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES REFERENTES ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Uma questão relevante, que merece ser mais bem considerada, é o retorno financeiro do Estado nos novos empreendimentos em associação com a iniciativa privada. Especificamente, o que seria melhor para o Estado em termos de retorno: receber um valor monetário fixo, pelas outorgas e concessões ao setor privado e pela exploração de recursos naturais e/ou serviços; ou receber remuneração financeira proveniente do resultado operacional do empreendimento.<sup>20</sup>

Para discutir o recebimento do valor monetário fixo *versus* a remuneração variável, são consideradas as vantagens e desvantagens de cada opção. A vantagem da remuneração fixa é que o Estado não precisa se preocupar com o risco do empreendimento.

A vantagem de o Estado participar do resultado operacional do empreendimento, isto é, atender a característica econômica de receber remuneração financeira, é que, teoricamente, ele deve obter uma remuneração maior, porque passa a participar do risco do empreendimento. Adicionalmente, essa remuneração pode ser ainda mais elevada se o produto gerado pelo empreendimento em parceria incorporar valor adicionado.

Entretanto, não há estudos que tenham analisado essa questão. Há algumas indicações, como no caso da Universidade de Brasília (UnB), que adota o sistema de parceria porque considera que dessa maneira tem um retorno financeiro maior.

Efetivamente, a UnB, em vez de vender terrenos urbanos que possui, de uso residencial, estabelece parceria com a construtora que lhe oferecer a maior área construída. Por esse sistema, a Universidade consegue, por meio de licitação, trocar um lote urbano, destinado para prédio residencial, por até 40% dos apartamentos construídos. Esses apartamentos têm sido colocados à venda após a conclusão do prédio, o que significa que a UnB assume o risco do empreendimento e passa a dispor de um produto de maior valor agregado. Com isso, a Universidade avalia que tem uma remuneração adicional, em relação ao valor de venda do terreno, de até 50% (Correio Braziliense, 2002).

Esse exemplo pode ser adaptado para o caso das PPP, como nas ações de implantação de hidroelétricas e de outros empreendimentos. O Estado poderia estabelecer parceria com a empresa privada que lhe oferecesse maior participação no resultado operacional do empreendimento. Nesse caso, deixaria de receber um valor fixo pela concessão de recurso natural, para participar da receita variável de um produto de maior valor agregado. Ou seja, o Estado deixaria de receber pela concessão do potencial hidráulico e passaria a receber uma participação na produção de energia elétrica.

---

20. Se o Estado for parceiro, ele deverá receber uma parte da produção. Isso não significa, per se, que voltaria a ser um Estado empresário em vez de regulador, como se deseja, pois não aportaria recursos financeiros nem seria responsável pela implantação e operação do empreendimento.



Entretanto, não se tem informação de quanto o Estado receberia se estabelecesse parcerias do modo anteriormente considerado. Para superar essa dificuldade sugere-se o aprofundamento da análise desse tema, por meio da realização de estudo de casos que considerem as duas alternativas de remuneração (fixa e variável). Tais estudos contribuiriam para a identificação de parâmetros que permitam calcular o retorno econômico-financeiro para cada empreendimento passível de ser executado em PPP. Esses cálculos possibilitariam a tomada de decisão quanto à conveniência do estabelecimento de parceria ou de outra forma de associação.

## 8 CONCLUSÃO

O estudo mostra que, em termos conceituais, as PPP têm características econômicas bem definidas. Por essas características, apenas seis grupos de ações, em dois setores – petróleo e gás e energia elétrica – satisfazem o conceito de PPP desenvolvido por este trabalho. Isso significa que, das 283 ações constantes do PPA como previstas para serem executadas em parceria, apenas 114 ações foram classificadas como PPP.

O estudo conclui que as ações originalmente classificadas como parceria devem ser atribuídas ao conceito adotado pelo Plano Plurianual. Esse conceito, pela ótica financeira, é muito abrangente, pois basta que a iniciativa privada participe financeiramente da ação para que a mesma seja relacionada como tendo parceria. Por outro lado, é restritivo, na medida em que não considera como parceria situações em que o Estado contribui com recursos financeiros e a iniciativa privada com a execução e/ou administração do empreendimento, como no caso das parcerias na área social. Adicionalmente, esse conceito não foi aplicado de forma homogênea a todas as ações do governo, como constatou-se no tratamento concedido às licitações sob a responsabilidade da Aneel, que foram inseridas corretamente como parcerias no PPA, enquanto as licitações realizadas pela ANP não foram, sequer, consideradas no Plano.

Em virtude dessas diferentes situações, decorrentes da dificuldade de identificar as ações do PPA que têm parceria, conclui-se que o Plano Plurianual perde transparência e clareza. Na medida em que não transmite ao leitor informações corretas referentes às ações do governo em parceria com a iniciativa privada, dificulta o entendimento, o acompanhamento e a avaliação dessas ações. Para superar essa dificuldade, há necessidade de se estabelecerem e se divulgarem as características que as PPP devem satisfazer para serem enquadradas no PPA. Nesse sentido, as características essenciais e econômicas de PPP adotadas neste trabalho podem servir como referência.

Por fim, este trabalho constata que a maioria das ações, à exceção das PPP que a Petrobras participa (26 ações), não atendeu à característica econômica que prevê retorno financeiro para o Estado. Assim, falta ao Estado atuar, efetivamente, como parceiro da iniciativa privada. O trabalho considera que o seu retorno seria maior se participasse do risco do empreendimento e se recebesse um produto de maior valor agregado. Para aprofundar essa questão, o trabalho sugere a realização de estudos de caso, que comparem, por empreendimento, o retorno financeiro atualmente obtido pelo Estado com o que ele poderia receber se atendesse a característica econômica mencionada anteriormente.

# ANEXOS

ANEXO 1

## Recursos Previstos nos Programas com Parceria Privada: PPA 2000-2003

(R\$ milhões)

Programas públicos com parceria privada	Total R\$ ações com par. priv. (a)	Recursos de parcerias privadas (b)	Em % (b/a)
Agricultura familiar (Pronaf)	138,7	13,4	9,7
Brasil potência esportiva	59,7	4,3	7,2
Ciência e tecnologia para a gestão de ecossistemas	33,5	6,0	18,0
Comunidade ativa	1,0	1,0	100,0
Desenvolvimento da fruticultura	55,9	5,2	9,3
Desenvolvimento da infra-estrutura turística no Nordeste	1,4	0,4	25,0
Desenvolvimento de serviços tecnológicos	6,3	1,9	29,4
Esporte direito de todos	42,2	1,6	3,7
Esporte solidário	66,9	3,9	5,8
Geração de emprego e renda	130,3	9,3	7,2
Gestão da política agropecuária	99,0	9,8	9,9
Gestão da política de trabalho e emprego	12,4	0,4	3,5
Gestão urbana	3,9	0,5	11,6
Jovem empreendedor	13,9	0,2	1,2
Novo emprego e seguro desemprego	645,9	43,1	6,7
Pesquisa aplicada na área energética	25,9	5,8	22,2
Prevenção e controle do câncer e assistência oncológica	8,0	8,0	100
Produção e difusão cultural	11,8	2,0	16,9
Produtividade da bovinocultura	0,4	0,4	100,0
Reestruturação de regiões metropolitanas	9,0	2,5	27,8
Trabalho legal	18,9	2,8	15,0
Turismo: a indústria do novo milênio	52,5	2,3	4,4
Turismo cultural	3,8	2,0	52,6
Vigilância epidemiológica e ambiental em saúde	690,0	8,0	1,2
<b>Total</b>	<b>1.933,1</b>	<b>117,0</b>	<b>6,1</b>

Fonte: SPI/MPO, momento 14. Elaboração dos autores.

**Recursos Previstos por Ação com Parceria Privada: por Programa**

(R\$ milhões)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
<b>ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR</b>	<b>27.979</b>	<b>17.412</b>		<b>62,2</b>
Auxílio-refeição/alimentação a trabalhadores de empresas beneficiados pelas leis nº 6.321/76 e 6.542/78	9.417	8.940	33,7	94,9
Auxílio-transporte a trab. com carteira de trabalho assinada	8.849	8.472	31,6	95,7
<b>ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO</b>	<b>8.236</b>	<b>566</b>		<b>6,9</b>
Implantação dos estabelecimentos operacionais – BR Aviation	89	61	1,1	69,1
Incorporação de refino no exterior	510	505	6,2	99,0
<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO</b>	<b>207</b>	<b>41</b>		<b>19,9</b>
Financiamento de projetos de desenvolvimento de tecnologias aeronáuticas e sua transferência para o setor produtivo	206	41	99,3	20,0
<b>CORREDOR ARAGUAIA—TOCANTINS</b>	<b>4.198</b>	<b>384</b>		<b>9,1</b>
Construção de ferrovia entre Xambioá (TO) e Estreito (MA)	270	270	6,4	100,0
Construção de terminais no rio Araguaia (MT)	21	21	0,5	100,0
Construção de terminais no rio das Mortes	6	6	0,1	100,0
Construção de terminais no rio Tocantins	39	39	0,9	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Itaqui (MA)	48	48	1,2	100,0
<b>CORREDOR LESTE</b>	<b>2.341</b>	<b>355</b>		<b>15,2</b>
Const. de pátios intermodais do corredor Rio de Janeiro–São Paulo	39	39	1,7	100,0
Construção de terminal na Ponta de Ubu (ES)	6	6	0,3	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Sepetiba (RJ)	182	182	7,8	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Vitória (ES)	16	16	0,7	100,0
Const. de trecho ferrov. C. do Itapemirim–Terminal Ponta de Ubu (ES)	84	84	3,6	100,0
Construção do anel ferroviário de Belo Horizonte (MG)	28	28	1,2	100,0
<b>CORREDOR MERCOSUL</b>	<b>4.208</b>	<b>1.272</b>		<b>30,2</b>
Adaptação de parte do terminal de grãos para movimentação de contêineres no Porto de Paranaguá (PR)	6	6	0,1	100,0
Const. de acesso ferrov. ao terminal de Santa Terezinha de Itaipu	37	37	0,9	100,0
Const. de acesso rodov. ao terminal de Santa Terezinha de Itaipu	14	14	0,3	100,0
Const. de terminal intermodal em Santa Terezinha do Itaipu (PR)	12	12	0,3	100,0
Construção de trecho ferroviário Cascavel–Foz do Iguaçu	246	246	5,8	100,0
Construção de trecho ferroviário Cascavel–Guaira	246	246	5,8	100,0
Construção de trecho ferroviário Guairá–Cianorte (PR)	18	18	0,4	100,0
Construção de trechos ferroviários no Corredor Mercosul	587	547	14,0	93,1
Recuperação da malha ferroviária principal no trecho Lajes–Roca Sales–General Luz (SC)	146	146	3,5	100
<b>CORREDOR NORDESTE</b>	<b>5.399</b>	<b>2.679</b>		<b>49,6</b>
Construção de term. de grãos em Santa Filomena e Teresina (PI)	29	29	0,5	100,0
Construção de trecho ferroviário Crateús–Piquet Carneiro (CE)	242	242	4,5	100,0
Construção de trecho ferroviário Petrolina (PE)–Missão Velha (CE) (Ferrovia Transnordestina)	654	654	12,1	100,0
Recuperação da malha ferroviária principal entre Crateús (CE)–Altos (PI)–Terezina (PI)	146	146	2,7	100,0
Recup. da malha ferroviária principal entre Mossoró (RN)–Souza (PB)	189	189	3,5	100,0
Recup. da malha ferroviária princ. entre Recife–Salgueiro (PE)	291	291	5,4	100,0
Recuperação de trechos ferroviários no Corredor Nordeste	1.144	1.128	21,2	98,6
<b>CORREDOR OESTE –NORTE</b>	<b>1.234</b>	<b>131</b>		<b>10,6</b>
Adequação do porto de Manaus para passageiros	16	16	1,3	100,0
Construção de terminal no novo porto de Manaus (AM)	101	101	8,2	100,0
Construção de term. para contêineres no porto de Porto Velho (RO)	15	15	1,2	100,0
<b>CORREDOR SÃO FRANCISCO</b>	<b>1.286</b>	<b>559</b>		<b>43,5</b>
Construção de trecho ferroviário Unai–Pirapora (MG)	156	156	12,1	100,0
Recup. da ferrovia Centro Atlântica entre Iaçú, Brumado e Monte Azul	283	283	22,0	100,0
Recuperação da ferrovia entre Candeias e Salvador Pinto (BA)	120	120	9,3	100,0

(continua)

(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
<b>CORREDOR SUDESTE</b>	<b>4.501</b>	<b>2.315</b>		<b>51,4</b>
Ampliação do porto fluvial de Cárceres (MT)	7	7	0,2	100,0
Construção de terminal rodo-hidroferroviário em Rubineia (SP)	50	50	1,1	100,0
Construção de trecho ferroviário Alto Taquari (MS)–Cuiabá (MT)	1.270	1.270	28,2	100,0
Recuperação do trecho ferroviário Corumbá (MS)–Bauru (SP)	988	988	22,0	100,0
<b>CORREDOR TRANSMETROPOLITANO</b>	<b>2.598</b>	<b>1.131</b>		<b>43,5</b>
Construção de ferrovia entre Cubatão e Conceiçãozinha	22	22	0,9	100,0
Construção de terminal privativo de grãos no porto de Santos (SP)	11	11	0,4	100,0
Construção de trecho ferroviário Artemis–Piracicaba (SP)	4	4	0,1	100,0
Const. de trecho ferroviário Campo Limpo Paulista–Engenheiro Manoel	270	270	10,4	100,0
Construção de trecho ferroviário Campo Limpo Paulista–Evangelista de Souza (SP)	79	79	3,0	100,0
Construção de trecho ferroviário V. Califórnia–Evangelista de Souza (SP)	57	57	2,2	100,0
Construção de trechos ferroviários no Corredor Transmetropolitano	310	301	11,9	97,1
Construção do 3º trilho no trecho Cubatão–Santos (SP)	5	5	0,2	100,0
Recup. da malha ferroviária principal no trecho entre Santos e Cubatão	10	10	0,4	100,0
Recuperação e adequação do trecho ferroviário Bauru–Santos (SP)	373	373	14,4	100,0
<b>DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL</b>	<b>6.105</b>	<b>1.354</b>		<b>22,2</b>
Estudos para o planejamento e gestão do desenv. da Amazônia Legal	21	0,2	0,3	1,0
Financiamento de empreendimentos com recursos do Finam	2.707	1.354	44,4	50,0
<b>DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE</b>	<b>10.339</b>	<b>1.089</b>		<b>10,5</b>
Apoio ao pequeno produtor rural (Papp)	51	5	0,5	9,8
Financiamento de empreendimentos com recursos do Finor	4.335	1.084	41,9	25,0
<b>DESENVOLVIMENTO MÉDIAS, PEQ. E MICROEMPRESAS</b>	<b>48.881</b>	<b>955</b>		<b>2,0</b>
Financiamento a médias, pequenas e microempresas	8.000	955	16,4	11,9
<b>DESIGN BRASIL</b>	<b>46</b>	<b>12</b>		<b>25,8</b>
Aprimoramento dos padrões e normas técnicas ligadas ao desenvolvimento de design de produtos	0,5	0,5	1,0	100,0
Financiamento de estudos e projetos de design	22	4	48,8	16,7
Implantação de infra-estrutura tecnológica em design	2	2	3,8	100,0
Promoção de eventos de difusão e inform. empresarial sobre design	6	6	12,9	100,0
<b>ENERGIA NA REDE SUDESTE</b>	<b>20.997</b>	<b>14.103</b>		<b>67,2</b>
Implantação de sistema de transmissão em São Paulo (1.350 km de linha de transmissão de 138 kv)	182	182	0,9	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Espírito Santo (80 km de linha de transmissão de 138 kv)	9	9	0,0	100,0
Impl. de usina hidrelétrica B. do Braúna (MG), no rio Pomba, de 39 MW	88	88	0,4	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Bocaina, no rio Paranaíba (GO/MG), de 150 MW	374	374	1,8	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Candonga (MG), no rio Doce, de 95 MW	188	188	0,9	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Capim Branco I, no rio Araguari (MG), de 240 MW	317	317	1,5	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Capim Branco II, no rio Araguari (MG), de 210 MW	331	331	1,6	100,0
Impl. de usina hid. em Ourinhos (SP), no rio Paranapanema, de 44 MW	116	116	0,6	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Funil Grande, no rio Grande (MG), de 180 MW	185	185	0,9	100,0
Impl. de usina hid. Funil Ribeira, no rio R. do Iguape (SP), de 150 MW	186	186	0,9	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Murta (MG), no rio Jequitinhonha, de 120 MW	102	102	0,5	100,0
Impl. de usina hid. Picada em Juiz de Fora (MG), no rio do Peixe, de 50 MW	124	124	0,6	100,0
Implantação de usina hid. Pilar, no rio Ipiranga (MG), de 150 MW APE	84	84	0,4	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Piraju SP/PR, no rio Paranapanema, de 70 MW	171	171	0,8	100,0
Impl. de usina hid. Tijuco Alto, no rio Ribeira do Iguape (SP/PR), 144 MW	87	87	0,4	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Traira II (MG), no rio Suaçuí Grande, de 70 MW	45	45	0,2	100,0
Implantação de usina termelétrica Alto Tietê (SP), de 88 MW	93	93	0,4	100,0
Impl. de usina termelétrica Bom Jardim em Jundiá (SP), de 800 MW	830	756	4,0	91,0
Implantação de usina termelétrica em Araraquara (SP), de 500 MW	528	528	2,5	100,0
Implantação de usina termelétrica em Cabiúnas (RJ), de 450 MW	519	472	2,5	91,0
Implantação de usina termelétrica em Capuava (SP), de 230 MW	243	243	1,2	100,0
Implantação de usina termelétrica em Macaé (RJ), de 500 MW	647	647	3,1	100,0
Impl. de usina termelétrica em Santa Branca (SP), de 1.067 MW	875	875	4,2	100,0

(continua)

(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
Implantação de usina termelétrica em São Paulo I (SP), de 450 MW	350	350	1,7	100,0
Implantação de usina termelétrica em São Paulo II (SP), de 450 MW	193	193	0,9	100,0
Implantação de usina termelétrica em Vitória (ES), de 500 MW	540	491	2,6	91,0
Implantação de usina termelétrica GN-PIE III (RJ), de 450 MW	98	98	0,5	100,0
Implantação de usina termelétrica GN-PIE IV (RJ), de 450 MW	98	98	0,5	100,0
Impl. de usina term. Ibitiré, na Refinaria Gabriel Passos (MG), de 600 MW	350	350	1,7	100,0
Impl. de usina termelétrica na refinaria de Paulínia (SP), de 650 MW	915	915	4,4	100,0
Impl. de usina term. na refinaria Duque de Caxias (RJ), de 1.100 MW	1.057	1.057	5,0	100,0
Implantação de usina termelétrica na refinaria Presidente Bernardes (SP), de 900 MW	823	823	3,9	100,0
Implantação de usina term. no Norte Capixaba (ES), de 150 MW	130	118	0,6	91,0
Impl. de usina term. no Norte Fluminense em Campos (RJ), de 700 MW	787	764	3,7	97,0
Impl. de usina termelétrica no Planalto Paulista (SP), de 630 MW	949	582	4,5	61,3
Impl. de usina termelétrica Poços de Caldas (MG), de 500 MW	527	527	2,5	100,0
Impl. de usina termelétrica Rhodia em Paulínia (SP), de 152 MW	160	160	0,8	100,0
Impl. de usina termelétrica Rhodia em Santo André (SP), de 100 MW	106	106	0,5	100,0
Impl. de usina termelétrica Rio Gen em Seropédica (RJ), de 500 MW	530	530	2,5	100,0
Impl. de usina termelétrica Vale do Paraíba (SP), em Taubaté de 480 MW	507	507	2,4	100,0
Impl. de usina termelétrica Valparaíso em Araçatuba (SP), e 220 MW	232	232	1,1	100,0
<b>ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES</b>	<b>598</b>	<b>114</b>		<b>19,0</b>
Atend. das demandas por energ. elétr. em comunidades não supridas	408	113	68,2	27,6
Capacitação dos usuários e dos agentes das comunidades na instalação, operação e manutenção dos equip. de prod. de energia	14	1	2	8,4
<b>ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE</b>	<b>438</b>	<b>187</b>		<b>42,8</b>
Implantação de usina hidrelétrica de Santo Antônio	205	187	46,9	91,4
<b>ENERGIA NO EIXO MADEIRA - AMAZONAS</b>	<b>2.938</b>	<b>454</b>		<b>15,5</b>
Implantação da usina termelétrica em Rondônia, de 300 MW	527	80	17,9	15,2
Implantação de sistema de transmissão no Pará (1.241 km de linha de transmissão de 138 KV)	174	174	5,9	100,0
Implantação de usina termelétrica no Amazonas, de 270 MW	606	200	20,6	33,0
<b>ENERGIA NO EIXO SUL</b>	<b>7.422</b>	<b>6.402</b>		<b>86,2</b>
Ampliação da usina hidrelétrica Itaipu (PR) em 1.400 MW	196	196	2,6	100,0
Ampliação da usina hidrelétrica Salto (SC), de 8 MW	18	18	0,2	100,0
Impl. de sist. de transmissão C. Novos a Blumenau (SC) (252 km de linha de transmissão de 500 kv e da subs. 500/230 kv de Blumenau)	92	79	1,2	85,3
Impl. de sistema de transmissão Candiota a Gravataí (RS) (320 km de linha de transm. em 500 kv e autotransformador 500/230 kv na subestação Candiota)	123	123	1,7	100,0
Implantação de sistema de transmissão Curitiba a São Paulo (340 km de linha de transmissão em 500 kv)	104	104	1,4	100,0
Implantação de sistema de transmissão em Santa Catarina (363 km de linha de transmissão em 138 kv)	35	35	0,5	100,0
Implantação de sistema de transmissão Itá (SC) a Garabi (Argentina) (375 km de linha de transmissão em 500 kv)	2	2	0,0	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Paraná (788 km de linha de transmissão em 230 kv)	136	136	1,8	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Rio Grande do Sul (267 km de linha de transmissão em 138 kv)	40	40	0,5	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Rio Grande do Sul (454 km de linha de transmissão em 230 kv)	156	156	2,1	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Campos Novos, no rio Canoas (SC), 880 MW	157	157	2,1	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Cazuza Ferreira (RS), de 9,1 MW	12	12	0,2	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Cubatão Sul (SC), de 45 MW	30	30	0,4	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Dois Saltos (PR), de 21 MW	28	28	0,4	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Dona Francisca no rio Jacuí (RS), de 125 MW	100	100	1,3	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Itá (SC), de 1450 MW	606	606	8,2	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Machadinho (SC/RS), de 1.140 MW	919	919	12,4	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Passo do Meio (RS), de 30 MW	40	40	0,5	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Pirapó (PR), de 10 MW	14	14	0,2	100,0

(continua)

(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
Implantação de usina hidrelétrica Salto Bandeirantes (PR), de 4,4 MW	6	6	0,1	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Salto Caicanga (PR), de 9,5 MW	12	12	0,2	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Salto Natal (PR), de 14 MW	19	19	0,3	100,0
Implantação de usina termelétrica Cofepar (PR), de 616 MW	715	715	9,6	100,0
Implantação de usina termelétrica Criciúma (SC), de 400 MW	465	465	6,3	100,0
Implantação de usina termelétrica em Araucária (PR), de 480 MW	258	258	3,5	100,0
Implantação de usina termelétrica em Jacui (RS), de 350 MW	327	327	4,4	100,0
Implantação de usina termelétrica em Pitanga (PR), de 20 MW	13	12	0,2	89,6
Implantação de usina termelétrica em Triunfo (RS), de 700 MW	692	650	9,3	94,0
Implantação de usina termelétrica em Uruguaiana (RS), de 600 MW	202	202	2,7	100,0
Implantação de usina termelétrica Figueira (PR), de 100 MW	116	116	1,6	100,0
Implantação de usina termelétrica Gaúcha (RS), de 480 MW	279	279	3,8	100,0
Implantação de usina termelétrica São Mateus (PR), de 70 MW	81	81	1,1	100,0
Implantação de usina termelétrica Seival I (RS), de 250 MW	290	290	3,9	100,0
Implantação de usina termelétrica Termocatarinense (SC), de 300 MW	174	174	2,3	100,0
<b>ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE</b>	<b>4.088</b>	<b>3.732</b>		<b>91,3</b>
Implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso (975 km de linha de transmissão em 138 kv)	141	141	3,5	100,0
Implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso do Sul (569 km de linha de transmissão em 138 kv)	77	77	1,9	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Guaporé no rio Guaporé (MT), de 120 MW APE	135	135	3,3	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Itiquira I-II no rio Itiquira (MT), de 156 MW	204	204	5,0	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Jauru (MT), de 70 MW	135	135	3,3	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Paraíso (MS), de 21 MW	28	28	0,7	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Ponte de Pedra II (MT), de 30 MW	41	41	1,0	100,0
Impl. de usina hidr. Ponte de Pedra, no rio Correntes(MT/MS), de 176 MW	212	212	5,2	100,0
Implantação de usina hid. Salto das Nuvens (MT), de 20 MW	31	31	0,8	100,0
Implantação de usina termelétrica Corumbá (MS), de 250 MW	145	145	3,6	100,0
Implantação de usina termelétrica em Campo Grande (MS), de 300 MW	1.125	1.023	27,5	91,0
Impl. de usina termelétrica em Campo Grande I (MS), de 450 MW	279	279	6,8	100,0
Impl. de usina termelétrica em Campo Grande II (MS), de 120 MW	33	33	0,8	100,0
Implantação de usina termelétrica em Cuiabá I (MT), de 480 MW	155	155	3,8	100,0
Implantação de usina termelétrica em Cuiabá II (MT), de 480 MW	359	359	8,8	100,0
Implantação de usina term. em Três Lagoas (MS), de 750 MW	804	732	19,7	91,0
<b>ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE</b>	<b>7.888</b>	<b>4.122</b>		<b>52,3</b>
Implantação de sistema de distribuição urbana em Pernambuco (capacidade instalada de 375 MVA)	112	112	1,4	100,0
Implantação de sistema de distribuição urbana em Sergipe (capacidade instalada de 81 MVA)	17	17	0,2	100,0
Implantação de sistema de distribuição urbana na Bahia (capacidade instalada de 455 MVA)	131	131	1,7	100,0
Implantação de sistema de distribuição urbana no Ceará (capacidade instalada de 283 MVA)	100	100	1,3	100,0
Implantação de sistema de distribuição urbana no Rio Grande do Norte	36	36	0,5	100,0
Implantação de sistema de transmissão em Pernambuco (132 km de linha de transmissão em 138 KV)	20	20	0,3	100,0
Implantação de sistema de transmissão em Sergipe (389 km de linha de transmissão em 69 KV)	29	29	0,4	100,0
Implantação de sistema de transmissão na Bahia (223 km de linha de transmissão em 69 KV)	53	53	0,7	100,0
Implantação de sistema de transmissão na Bahia (669 km de linha de transmissão em 138 KV)	100	100	1,3	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Ceará (685 km de linha de transmissão em 69 KV)	125	125	1,6	100,0
Implantação de sistema de transmissão no Rio Grande do Norte (627 km de linha de transmissão em 69 KV)	49	49	0,6	100,0
Implantação de sistema de transmissão Poçoões–Brumado II (145 km de linha de transmissão em 230 KV)	26	26	0,3	100,0
Implantação de sistema de transmissão Sudeste–Nordeste (1.500 km de linha de transmissão em 500 KV e cinco subestações com 1.800 MVA)	1.675	1.675	21,2	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Itapebi no rio Jequitinhonha, de 450 MW	313	313	4,0	100,0

(continua)

(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
Implantação de usina hidrelétrica Pedra do Cavalo (BA) no rio Paraguaçu com 300MW	68	68	0,9	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Sacos no rio Formoso (BA), de 114 MW	187	187	2,4	100,0
Implantação de usina termelétrica Dunas (CE) com 250 MW	225	225	2,9	100,0
Implantação de usina termelétrica em Alagoas com 120 MW	108	108	1,4	100,0
Implantação de usina termelétrica na Paraíba com 150 MW	135	101	1,7	75,1
Impl. de usina term. na refinaria Landulpho Alves (BA), de 460 MW	221	221	2,8	99,9
Implantação de usina termelétrica no Rio Grande do Norte (Vale do Açú) com 330 MW	297	252	3,8	85,0
Implantação de usina term. Termopernambuco (PE) com 240 MW	216	175	2,7	80,9
<b>ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA</b>	<b>561</b>	<b>472</b>		<b>84,2</b>
Vacinação de bovinos e bubalinos	473	472	84,4	99,8
<b>GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>	<b>108</b>	<b>47</b>		<b>43,4</b>
Financ. de empreendimentos com recursos do Fundo de Recuperação	94	47	86,7	50,0
<b>INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE</b>	<b>5.474</b>	<b>3.123</b>		<b>57,1</b>
Capacitação de assessores e dirigentes sindicais para os desafios da globalização	2	1	0,0	80,2
Conc. de bolsa de pesquisa em desenv. tecnológico empresarial	218	65	4,0	29,6
Concessão de incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento em empresas industriais e agropecuárias (lei nº 8.661/93)	3.060	2.630	55,9	85,9
Desenvolvimento tecnológico das empresas exportadoras	252	42	4,6	16,7
Desenvolvimento tecnológico industrial	49	1	0,9	1,2
Educação para a competitividade	104	24	1,9	23,1
Financ. de projetos de desenvolvimento tecnológico das empresas	1.044	175	19,1	16,8
Financiamento de projetos de reconversão profissional	54	9	1,0	16,7
Fomento à capacitação tecnológica em setores de impacto social	248	20	4,5	8,1
Fomento à inovação tecnológica nas pequenas e microempresas	56	44	1,0	78,1
Fomento ao desenvolvimento tecnológico empresarial	83	12	1,5	14,4
Implementação do componente desenvolvimento tecnológico do programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico	165	82	3,0	49,9
Utilização de capital de risco em empresas de base tecnológica	107	18	2,0	16,8
<b>INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE - SUL</b>	<b>7.689</b>	<b>5.354</b>		<b>69,6</b>
Implantação de sistema de transmissão no Tocantins (320 km de linha de transmissão 138 KV)	43	43	0,6	100,0
Impl. de sistema de transmissão Norte-Sul II-Miracema /Itumbiara (1.061 km de LT em 500 KV e subestações associadas)	997	411	13,0	41,2
Implantação de sistema de transmissão Norte-Sul II (Imperatriz Miracema, 517 km de LT e subestações associadas)	294	2	3,8	0,7
Impl. de sistema de transmissão Serra da Mesa (GO)-Bom Jesus da Lapa(BA)-G. Mangabeira (BA) (1.050 KM de linha de trans. de 500 KV)	243	177	3,2	73,0
Impl. de sistema de transmissão UHE Lajeado-Miracema (TO) (40 km de linha de transmissão em 500 KV e subestações associadas)	11	11	0,1	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Cana Brava (GO), de 450 MW	593	593	7,7	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Couto de Magalhães (MT/GO), de 220 MW	168	165	2,2	98,0
Implantação de usina hidrelétrica Estreito (MA), de 1.200 MW	47	44	0,6	94,7
Implantação de usina hidrelétrica Lajeado no rio Tocantins (TO), de 850 MW	2.203	2.203	28,6	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Peixe (TO), de 1.106 MW	97	95	1,3	97,9
Implantação de usina hidrelétrica Queimados (MG/GO), de 105 MW	230	230	3,0	100,0
Implantação de usina hid. Serra do Falcão no rio São Marcos (GO), de 210 MW	82	82	1,1	100,0
Impl. de usina hidrelétrica Serra Quebrada (TO), de 1.323 MW	738	738	9,6	100,0
Implantação de usina hidrelétrica Tupiratins (TO), de 1.000 MW	73	73	0,9	100,0
Implantação de usina termelétrica em Brasília (DF), de 250 MW	260	244	3,4	94,0
Implantação de usina termelétrica em Goiânia (GO), de 250 MW	260	244	3,4	94,0
<b>LUZ NO CAMPO</b>	<b>1.865</b>	<b>493</b>		<b>26,4</b>
Implantação de rede rural de dist. de energia elétrica em Goiás	127	51	6,8	39,9
Impl. de rede rural de dist. de energia elétrica em Mato Grosso do Sul (3.081 KM)	34	9	1,8	25,0
Impl. de rede rural de dist. de energ. elétrica em Minas Gerais (25.501 KM)	236	59	12,6	25,0
Impl. de rede rural de distrib. de energia elétrica em Paraíba (2.548 KM)	16	4	0,9	25,0
Implantação de rede rural de distribuição de energia elétrica em Pernambuco (22.684 KM)	156	39	8,4	25,0
Impl. de rede rural de distribuição de energia elétrica em Roraima (3.230 KM)	16	16	0,9	100,0

(continua)

(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
Impl. de rede rural de dist. de energia elét. em São Paulo (5.317 KM)	229	66	12,3	28,7
Impl. de rede rural de dist. de energia elétrica em Sergipe (5.952 KM)	39	10	2,1	24,6
Impl. de rede rural de dist. de energia elétrica no Ceará (6.733 KM)	85	21	4,6	25,0
Impl. de rede rural de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal (575 KM)	9	2	0,5	25,0
Implantação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Mato Grosso (23.716 KM)	171	43	9,1	25,0
Impl. de rede rural de dist. de energia elétrica no R. de Janeiro (5.570 KM)	70	18	3,8	25,0
Implantação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul (17.415 KM)	109	28	5,9	25,2
Impl. de rede rural de dist. de energia elétrica no Tocantins (36.667 KM)	176	129	9,4	73,3
<b>MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA</b>	<b>1.988</b>	<b>1.889</b>		<b>95,0</b>
Implantação de pólo gás-químico no Rio de Janeiro (RJ) com capacidade de produção de 500.000 t/ano de eteno	1.689	1.619	84,9	95,9
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria de Capuava (SP) com capacidade para 145.000 t/ano	59	58	3,0	98,3
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Gabriel Passos com capacidade para 93.000 t/ano/ANO	51	50	2,6	98,0
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Henrique Lage (SP) com capacidade para 145.000 t/ano	81	80	4,1	98,8
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR) com capacidade para 125.000 t/ano	55	54	2,7	98,2
Implantação de unidade separadora de propin na refinaria de Paulínia (SP) com capacidade para 200.000 t/ano	29	28	1,5	96,5
<b>MORAR MELHOR</b>	<b>3.979</b>	<b>171</b>		<b>4,3</b>
Financiamento individual de serviços de infra-estrutura urbana	571	171	14,4	30,0
<b>OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>	<b>58.540</b>	<b>16.998</b>		<b>29,0</b>
Conversão de navios e plataformas em unidades de produção	2.440	2.399	4,2	98,3
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Nordeste (acréscimo de 9.200 boe/dia)	1.367	522	2,3	38,2
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Norte (acréscimo de 760 boe/dia)	218	198	0,4	90,7
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Sudeste (acréscimo de 156.312 boe/dia)	12.244	9.325	20,9	76,2
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Sul (acréscimo de 9.400 boe/dia)	112	91	0,2	80,9
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim (RJ) (acréscimo de 128.000 boe/dia)	1.953	223	3,3	11,4
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim Sul (RJ) (acréscimo de 108.000 boe/dia)	1.457	1.131	2,5	77,6
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Roncador (RJ) (acréscimo de 126.000 boe/dia)	3.811	1.790	6,5	47,0
Exploração de petróleo e gás natural	4.401	1.319	7,5	30,0
<b>PROG. BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (PBQP)</b>	<b>50</b>	<b>28</b>		<b>55,6</b>
Apuração dos índices de produtividade da indústria brasileira	1	1	1,6	100,0
Capacitação de redes de empresas na gestão do uso do poder de compra	2	2	3,9	100,0
Capacitação para gestão pela qualidade na indústria	0	0	0,5	100,0
Capacitação para gestão pela qualidade no turismo	11	11	22,0	100,0
Capacitação para utilização da metodologia de análise da prod.	1	1	2,0	100,0
Fomento a projetos piloto de aumento de produtividade de pequenas e microempresas integrantes de redes apoiadas pelo Sebrae	6	6	11,9	100,0
Implantação de Sistema de Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCCC) em empresas	7	7	13,8	100,0
<b>PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS</b>	<b>37</b>	<b>20</b>		<b>53,5</b>
Controle de pragas da citricultura	37	20	100	53,5
<b>REFINO DE PETRÓLEO</b>	<b>6.595</b>	<b>1.512</b>		<b>22,9</b>
Impl. da refinaria do Nordeste, com capacidade de 189.000 barris/dia	101	100	1,5	99,0
Implantação de unidade de alquilação na refinaria Alberto Pasqualini (RS), com capacidade de 600 m <sup>3</sup> /dia	75	74	1,1	98,7

(continua)



(continuação)

Programas/ação	Total de recursos da ação	Total de rec. Parc. privados	Total de recursos ação/ prog.	Recursos privados/ação
Impl. de unidade de coqueamento retardado na refinaria Alberto Pasqualini com capacidade de 2.000 m <sup>3</sup> /dia	185	184	2,8	99,5
Implantação de unidade de craqueamento na refinaria Alberto Pasqualini, com capacidade de 7.000 m <sup>3</sup> /dia	721	720	10,9	99,9
Implantação de unidade de hidrotreatamento de correntes instáveis na refinaria Alberto Pasqualini (RS), com capacidade de 4.000 m <sup>3</sup> /dia	325	322	4,9	99,1
Impl. de unidade de lubrificantes de elevado índice de viscosidade na refinaria Landulpho Alves (BA), com capacidade de 57.000 m <sup>3</sup> /dia	67	66	1,0	98,5
Implantação de unidade de processamento de gás natural na refinaria Presidente Bernardes (SP), com capacidade de 3,5 milhões de m <sup>3</sup> /dia	47	46	0,7	97,9
<b>SANEAMENTO É VIDA</b>	<b>3.625</b>	<b>85</b>		<b>2,4</b>
Financiamento a concessionárias para implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água	709	85	19,6	12,0
<b>SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS</b>	<b>370</b>	<b>153</b>		<b>41,4</b>
Classificação de produtos de origem vegetal	159	153	42,9	96,4
<b>SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA</b>	<b>15.479</b>	<b>15.412</b>		<b>99,6</b>
Outorga dos serviços de comunicação eletrônica de massa	1.186	1.142	7,7	96,3
Serviço de TV por assinatura	14.270	14.270	92,2	100,0
<b>SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>23.724</b>	<b>23.630</b>		<b>99,6</b>
Serviço de telefonia móvel	23.630	23.630	99,6	100,0
<b>SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II</b>	<b>3.435</b>	<b>2.849</b>		<b>82,9</b>
Apoio ao fortalecimento das empresas de software para exportação	78	46	2,3	59,1
Capacitação tecnológica de empresas do setor de telecomunic.	240	40	7,0	16,7
Desenvolvimento tecnológico para a produção industrial de software	5	2	0,2	45,9
Estímulo à produção e ao desenvolvimento de bens e serviços do setor de informática e automação (lei nº 8.248/91)	2.690	2.690	78,3	100,0
Padrões para bibliotecas digitais	4	0	0,1	5,3
Rede nacional de pesquisa – Internet II	217	70	6,3	32,3
<b>TELEFONIA FIXA</b>	<b>37.352</b>	<b>37.300</b>		<b>99,9</b>
Serviço de telefonia de uso público	1.500	1.500	4,0	100,0
Serviço de telefonia fixa	35.800	35.800	95,8	100,0
<b>TRANSP. DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL</b>	<b>3.697</b>	<b>1.347</b>		<b>36,4</b>
Ampliação da capacidade do gasoduto Cabiúnas–Reduc (RJ) de 7 para 11 milhões de m <sup>3</sup> /dia	27	27	0,7	100,0
Ampliação do sistema de compressão do gasoduto Bolívia–Brasil de 2.846 km	485	16	13,1	3,3
Estudo para implantação de poliduto Refap–Santa Maria (RS), de 266 km	0	0	0,0	100,0
Estudo para implantação de poliduto Repar–Foz do Iguaçu (PR), de 570 km	0	0	0,0	100,0
Estudo para implantação de poliduto Ribeirão Preto–São José do Rio Preto (SP), de 170 km	0	0	0,0	100,0
Implantação de gasoduto Uruguaiana–Porto Alegre (RS), de 615 km	467	422	12,6	90,4
Implantação de poliduto Paulínia (SP)–Campo Grande (MS)–Cuiabá (MT), de 1690 km	270	270	7,3	100,0
Implantação de sistema de GNC de Uruçu (AM)	554	471	15,0	85,0
Impl. de term. de GNL de 160.000 m <sup>3</sup> em Suape (PE) e sist. compl.	271	126	7,3	46,5
Implantação do terminal de Pecem (CE)	38	15	1,0	39,6
<b>TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS</b>	<b>3.885</b>	<b>1.134</b>		<b>29,2</b>
Construção da ligação Metro–Ferroviária Rio–Niterói–São Gonçalo–Itaboraí	1.134	1.134	29,2	100,0
<b>TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO</b>	<b>2.437</b>	<b>100</b>		<b>4,1</b>
Construção das obras complementares de adução aos centros de demanda de irrigação	401	60	16,4	15,0
Constr. das obras complementares de adução aos centros urbanos	401	40	16,4	10,0
<b>TURISMO VERDE</b>	<b>312</b>	<b>190</b>		<b>60,9</b>
Financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia	190	190	60,9	100,0

Fonte: SPI/MPO, momento 14. Elaboração dos autores.

### Ações do Plano Plurianual 2000-2003 em Parceria com o Setor Privado Reunidas por Grupos

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. Privados (b)	% rec. privados (b/a)
<b>IMPLANTAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA (UHE)</b>			
Ampliação de UHE Itaipu (PR) em 1.400 MW	196	196,0	100,0
Ampliação de UHE Salto (SC) em 8 MW	18	18	100,0
Implantação de UHE Barra do Braúna (MG), no rio Pomba, de 39 MW	88	88	100,0
Implantação de UHE Bocaina, no rio Paranaíba (GO/MG), de 150 MW	374	374	100,0
Implantação de UHE Candonga (MG), no rio Doce, de 95 MW	188	188	100,0
Implantação de UHE Capim Branco I, no rio Araguari (MG), de 240	317	317	100,0
Implantação de UHE Capim Branco II, no rio Araguari (MG), de 210	331	331	100,0
Implantação de UHE em Ourinhos (SP), no rio Paranapanema, de 44 MW	116	116	100,0
Implantação de UHE Funil Grande, no rio Grande (MG), de 180 MW	185	185	100,0
Impl. de UHE Funil Ribeira, no rio Ribeira do Iguape (SP), de 150 MW	186	186	100,0
Implantação de UHE Murta (MG), no rio Jequitinhonha, de 120 MW	102	102	100,0
Impl. de UHE Picada em Juiz de Fora (MG), no rio do Peixe, de 50 MW	124	124	100,0
Implantação de UHE Pilar, no rio Ipiranga (MG), de 150 MW APE	84	84	100,0
Implantação de UHE Piraju (SP/PR), no rio Paranapanema, de 70 MW	171	171	100,0
Impl. de UHE Tijuco Alto, no rio Ribeira do Iguape (SP/PR), de 144 MW	87	87	100,0
Implantação de UHE Traira II (MG), no rio Suaçuí Grande, de 70 MW	45	45	100,0
Implantação de UHE de Santo Antonio	205	187	91,4
Implantação de UHE Campos Novos, no rio Canoas (SC), de 880 MW	157	157	100,0
Implantação de UHE Cazuzza Ferreira (RS), de 9,1 MW	12	12	100,0
Implantação de UHE Cubatão Sul (SC), de 45 MW	30	30	100,0
Implantação de UHE Dois Saltos (PR), de 21 MW	28	28	100,0
Implantação de UHE Dona Francisca, no rio Jacuí (RS), de 125 MW	100	100	100,0
Implantação de UHE Ita (SC), de 1450 MW	606	606	100,0
Implantação de UHE Machadinho (SC/RS), de 1.140 MW	919	919	100,0
Implantação de UHE Passo do Meio (RS), de 30 MW	40	40	100,0
Implantação de UHE Pirapó (PR), de 10 MW	14	14	100,0
Implantação de UHE Salto Bandeirantes (PR), de 4,4 MW	6	6	100,0
Implantação de UHE Salto Caicanga (PR), de 9,5 MW	12	12	100,0
Implantação de UHE Salto Natal (PR), de 14 MW	19	19	100,0
Implantação de UHE Guaporé, no rio Guaporé (MT), de 120 MW APE	135	135	100,0
Implantação de UHE Itiquira I-II no rio Itiquira (MT), de 156 MW	204	204	100,0
Implantação de UHE Jauru (MT), de 70 MW	135	135	100,0
Implantação de UHE Paraíso (MS), de 21 MW	28	28	100,0
Implantação de UHE Ponte de Pedra II (MT), de 30 MW	41	41	100,0
Impl. de UHE Ponte de Pedra, no rio Correntes (MT/MS), de 176 MW	212	212	100,0
Implantação de UHE Salto das Nuvens (MT), de 20 MW	31	31	100,0
Impl. De UHE Itapebi, no rio Jequitinhonha, de 450 MW	313	313	100,0
Implantação de UHE Pedra do Cavalo (BA), no rio Paraguaçu, com 300M	68	68	100,0
Impl. de UHE Sacos, no rio Formoso (BA), de 114 MW	187	187	100,0
Implantação de UHE Cana Brava (GO), de 450 MW	593	593	100,0
Implantação de UHE Couto de Magalhães (MT/GO), de 220 MW	168	165	98,0
Implantação de UHE Estreito (MA), de 1.200 MW	47	44	94,7
Implantação de UHE Lajeado, no rio Tocantins (TO), de 850 MW	2.203	2.203	100,0
Implantação de UHE Peixe (TO), de 1.106 MW	97	95	97,9
Implantação de UHE Queimados (MG/GO), de 105 MW	230	230	100,0
Implantação de UHE Serra do Facão, no rio São Marcos (GO), de 210 MW	82	82	100,0
Impl. de UHE Serra Quebrada (TO), de 1.323 MW	738	738	100,0
Implantação de UHE Tupiratins (TO), de 1.000 MW	73	73	100,0
<b>48 AÇÕES</b>	<b>10.342</b>	<b>10.316</b>	<b>99,8</b>

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
<b>IMPLANTAÇÃO DE TERMELETRICA (UTE)</b>			
Implantação de UTE na refinaria Landulpho Alves (BA), de 460 MW	221	221	99,9
Implantação de UTE no Rio Grande do Norte (Vale do Açú), com 330 MW	297	252	85,0
Implantação de UTE Termopernambuco (PE), com 240 MW	216	175	80,9
Implantação de UTE no Amazonas, de 270 MW	606	200	33,0
Implantação de UTE Alto Tietê (SP), de 88 MW	93	93	100,0
Impl. de UTE Bom Jardim em Jundiá (SP), de 800 MW	830	756	91,0
Implantação de UTE em Araraquara (SP), de 500 MW	528	528	100,0
Implantação de UTE em Cabiúnas (RJ), de 450 MW	519	472	91,0
Implantação de UTE em Capuava (SP), de 230 MW	243	243	100,0
Implantação de UTE em Macaé (RJ), de 500 MW	647	647	100,0
Impl. de UTE em Santa Branca (SP), de 1.067 MW	875	875	100,0
Implantação de UTE em São Paulo I (SP), de 450 MW	350	350	100,0
Implantação de UTE em São Paulo II (SP), de 450 MW	193	193	100,0
Implantação de UTE em Vitória (ES), de 500 MW	540	491	91,0
Implantação de UTE GN-PIE III (RJ), de 450 MW	98	98	100,0
Implantação de UTE GN-PIE IV (RJ), de 450 MW	98	98	100,0
Implantação de UTE Ibirité, na Refinaria Gabriel Passos (MG), de 600 MW	350	350	100,0
Implantação de UTE na refinaria de Paulínia (SP), de 650 MW	915	915	100,0
Implantação de UTE na refinaria Duque de Caxias (RJ), de 1.100 MW	1.057	1.057	100,0
Implantação de UTE na refinaria Presidente Bernardes (SP), de 900 MW	823	823	100,0
Implantação de UTE no Norte Capixaba (ES), de 150 MW	130	118	91,0
Impl. de UTE no Norte Fluminense em Campos (RJ), de 700 MW	787	764	97,0
Impl. de UTE no Planalto Paulista (SP), de 630 MW	949	582	61,3
Impl. de UTE Poços de Caldas (MG), de 500 MW	527	527	100,0
Impl. de UTE Rhodia em Paulínia (SP), de 152 MW	160	160	100,0
Impl. de UTE Rhodia em Santo André (SP), de 100 MW	106	106	100,0
Impl. de UTE Rio Gen em Seropédica (RJ), de 500 MW	530	530	100,0
Implantação de UTE Vale do Paraíba (SP), em Taubaté, de 480 MW	507	507	100,0
Implantação de UTE Valparaíso, em Araçatuba (SP), de 220 MW	232	232	100,0
Implantação de UTE em Rondônia, de 300 MW	527	80	15,2
Implantação de UTE Cofepar (PR), de 616 MW	715	715	100,0
Implantação de UTE Criciúma (SC), de 400 MW	465	465	100,0
Implantação de UTE em Araucária (PR), de 480 MW	258	258	100,0
Implantação de UTE em Jacui (RS), de 350 MW	327	327	100,0
Implantação de UTE em Pitanga (PR), de 20 MW	13	12	89,6
Implantação de UTE em Triunfo (RS), de 700 MW	692	650	94,0
Implantação de UTE em Uruguiana (RS), de 600 MW	202	202	100,0
Implantação de UTE Figueira (PR), de 100 MW	116	116	100,0
Implantação de UTE Gaúcha (RS), de 480 MW	279	279	100,0
Implantação de UTE São Mateus (PR), de 70 MW	81	81	100,0
Implantação de UTE Seival I (RS), de 250 MW	290	290	100,0
Implantação de UTE Termocatarinense (SC), de 300 MW	174	174	100,0
Implantação de UTE Corumbá (MS), de 250 MW	145	145	100,0
Implantação de UTE em Campo Grande (MS), de 300 MW	1.125	1.023	91,0
Implantação de UTE em Campo Grande I (MS), de 450 MW	279	279	100,0
Implantação de UTE em Campo Grande II (MS), de 120 MW	33	33	100,0
Implantação de UTE em Cuiabá I (MT), de 480 MW	155	155	100,0
Implantação de UTE em Cuiabá II (MT), de 480 MW	359	359	100,0
Implantação de UTE em Três Lagoas (MS), de 750 MW	804	732	91,0
Implantação de UTE Dunas (CE), com 250 MW	225	225	100,0
Implantação de UTE em Alagoas, com 120 MW	108	108	100,0
Implantação de UTE na Paraíba, com 150 MW	135	101	75,1
Implantação de UTE em Brasília (DF), de 250 MW	260	244	94,0
Implantação de UTE em Goiânia (GO), de 250 MW	260	244	94,0
<b>54 AÇÕES</b>	<b>21.454</b>	<b>19.662</b>	<b>91,6</b>

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
<b>IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO (ST)</b>			
Impl. de ST Campos Novos a Blumenau (SC) (252 km de linha de transmissão de 500 kv e da subestação 500/230 kv de Blumenau)	92	79	85,3
Implantação de ST Candiota a Gravataí (RS) (320 km de linha de transmissão em 500 kv e autotransformador 500/230 kv na subestação Candiota)	123	123	100,0
Impl. de ST Curitiba a S. Paulo (340 km de linha de transm. em 500 kv)	104	104	100,0
Impl. de ST em Santa Catarina (363 km de linha de transmissão em 138 kv)	35	35	100,0
Implantação de ST Itá (SC) a Garabi (Argentina) (375 km de linha de transmissão em 500 kv)	2	2	100,0
Implantação de ST no Paraná (788 km de linha de transmissão em 230 kv)	136	136	100,0
Implantação de ST no Rio Grande do Sul (267 km de linha de transmissão em 138 kv)	40	40	100,0
Implantação de ST no Rio Grande do Sul (454 km de linha de transmissão em 230 kv)	156	156	100,0
Implantação de ST no Pará (1.241 km de linha de transmissão de 138 KV)	174	174	100,0
Impl. de ST em Mato Grosso (975 km de linha de transmissão em 138 kv)	141	141	100,0
Implantação de ST em Mato Grosso do Sul (569 km de linha de transmissão em 138 kv)	77	77	100,0
Impl. de ST em Pernambuco (132 km de linha de transmissão em 138 KV)	20	20	100,0
Implantação de ST em Sergipe (389 km de linha de transmissão em 69 KV)	29	29	100,0
Implantação de ST na Bahia (223 km de linha de transmissão em 69 KV)	53	53	100,0
Implantação de ST na Bahia (669 km de linha de transmissão em 138 KV)	100	100	100,0
Implantação de ST no Ceará (685 km de linha de transmissão em 69 KV)	125	125	100,0
Implantação de ST no Rio Grande do Norte (627 km de linha de transmissão em 69 KV)	49	49	100,0
Impl. de ST Poçoões-Brumado II (145 km de linha de transmissão em 230 KV)	26	26	100,0
Implantação de ST Sudeste-Nordeste (1.500 km de linha de transmissão em 500 KV e cinco subestações com 1.800 MVA)	1.675	1.675	100,0
Implantação de ST em São Paulo (1.350 km de linha de transmissão 138 de kv)	182	182	100,0
Implantação de ST no Espírito Santo (80 km de linha de transmissão de 138 kv)	9	9	100,0
Implantação de ST no Tocantins (320 km de linha de transmissão de 138 KV)	43	43	100,0
Implantação de ST Norte-Sul I-Miracema/Itumbiara (1.061 km de LT em 500 KV e subestações associadas)	997	411	41,2
Implantação de ST Norte-Sul II (Imperatriz Miracema, 517 km de LT e subestações associadas)	294	2	0,7
Impl. de ST Serra da Mesa (GO)-Bom Jesus da Lapa(BA)-Governador Mangabeira (BA) (1.050 Km de linha de transmissão de 500 KV)	243	177	73,0
Implantação de ST UHE Lajeado—Miracema (TO) (40 km de linha de transmissão em 500 KV e subestações associadas)	11	11	100,0
<b>26 AÇÕES</b>	<b>4.937</b>	<b>3.980</b>	<b>80,6</b>
<b>IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO- SD</b>			
Implantação de SD urbana em Pernambuco (capacidade instalada de 375 MVA)	112	112	100,0
Implantação de SD urbana em Sergipe (capacidade instalada de 81 MVA)	17	17	100,0
Implantação de SD urbana na Bahia (capacidade instalada de 455 MVA)	131	131	100,0
Implantação de SD urbana no Ceará (capacidade instalada de 283 MVA)	100	100	100,0
Implantação de SD urbana no Rio Grande do Norte	36	36	100,0
<b>5 AÇÕES</b>	<b>395</b>	<b>395</b>	<b>100,0</b>
<b>IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL - RR</b>			
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Goiás	127	51	39,9
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Mato Grosso do Sul (3.081 km)	34	9	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Minas Gerais (25.501 km)	236	59	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Paraíba (2.548 km)	16	4	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Pernambuco (22.684 km)	156	39	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Roraima (3.230 km)	16	16	100,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em São Paulo (5.317 km)	229	66	28,7
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica em Sergipe (5.952 km)	39	10	24,6
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica no Ceará (6.733 km)	85	21	25,0

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da	Recursos parc.	% rec. privados (b/a)
	ação (a)	privados (b)	
Impl. de RR de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal (575 km)	9	2	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica no Mato Grosso (23.716 km)	171	43	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro (5.570 km)	70	18	25,0
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul (17.415 km)	109	28	25,2
Implantação de RR de distribuição de energia elétrica no Tocantins (36.667 km)	176	129	73,3
<b>14 AÇÕES</b>	<b>1.474</b>	<b>493</b>	<b>33,5</b>
<b>CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO</b>			
Construção da ligação Metro-Ferrovária Rio-Niterói—São Gonçalo-Itaboraí	1.134	1.134	100,0
Construção de ferrovia entre Xambioá (TO) e Estreito (MA)	270	270	100,0
Construção de trecho ferroviário Cachoeiro do Itapemirim—Terminal Ponta de Ubu (ES)	84	84	100,0
Construção do anel ferroviário de Belo Horizonte (MG)	28	28	100,0
Construção de acesso ferrov. ao terminal de Santa Terezinha de Itaipu	37	37	100,0
Construção de trecho ferroviário Cascavel—Foz do Iguaçu	246	246	100,0
Construção de trecho ferroviário Cascavel—Guaira	246	246	100,0
Construção de trecho ferroviário Guairá—Cianorte (PR)	18	18	100,0
Construção de trechos ferroviários no Corredor Mercosul	587	547	93,1
Construção de trecho ferroviário Crateús—Piquet Carneiro (CE)	242	242	100,0
Construção de trecho ferroviário Petrolina (PE)—Missão Velha (CE) (Ferrovia Transnordestina)	654	654	100,0
Recuperação de trechos ferroviários no Corredor Nordeste	1.144	1.128	98,6
Construção de trecho ferroviário Unai—Pirapora (MG)	156	156	100,0
Construção de trecho ferroviário Alto Taquari (MS)—Cuiabá (MT)	1.270	1.270	100,0
Construção de ferrovia entre Cubatão e Conceiçãozinha	22	22	100,0
Construção de trecho ferroviário Artemi—Piracicaba (SP)	4	4	100,0
Construção de trecho ferroviário Campo Limpo Paulista—Engenheiro Manoel	270	270	100,0
Construção de trecho ferroviário Campo Limpo Paulista—Evangelista de Souza (SP)	79	79	100,0
Construção de trecho ferroviário Vila Califórnia—Evangelista de Souza (SP)	57	57	100,0
Construção de trechos ferroviários no corredor transmetropolitano	310	301	97,1
Construção do 3º trilho no trecho Cubatão—Santos (SP)	5	5	100,0
<b>21 AÇÕES</b>	<b>6.865</b>	<b>6.800</b>	<b>99,0</b>
<b>CONSTRUÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO</b>			
Const. de pátios intermodais do corredor Rio de Janeiro—São Paulo	39	39	100,0
Construção de terminal na Ponta de Ubu (ES)	6	6	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Sepetiba (RJ)	182	182	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Vitória (ES)	16	16	100,0
Adaptação de parte do terminal de grãos para movimentação de contêineres no Porto de Paranaguá (PR)	6	6	100,0
Const. de acesso rodov. ao terminal de Santa Terezinha de Itaipu	14	14	100,0
Const. de terminal intermodal em Santa Terezinha do Itaipu (PR)	12	12	100,0
Construção de terminal privativo de grãos no porto de Santos (SP)	11	11	100,0
<b>8 AÇÕES</b>	<b>285</b>	<b>285</b>	<b>100,0</b>
<b>CONSTRUÇÃO DE TERMINAL FLUVIAL</b>			
Construção de terminais no rio Tocantins	39	39	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Itaqui (MA)	48	48	100,0
Construção de terminal de grãos em Santa Filomena e Teresina (PI)	29	29	100,0
Adequação do porto de Manaus para passageiros	16	16	100,0
Construção de terminal no novo porto de Manaus (AM)	101	101	100,0
Construção de terminal para contêineres no porto de Porto Velho (RO)	15	15	100,0
Ampliação do porto fluvial de Cárceres (MT)	7	7	100,0
Construção de terminal rodo-hidroferroviário em Rubinéia (SP)	50	50	100,0
Construção de terminais no rio Araguaia (MT)	21	21	100,0
Construção de terminais no rio das Mortes	6	6	100,0
<b>10 AÇÕES</b>	<b>331</b>	<b>331</b>	<b>100,0</b>

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
<b>RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA</b>			
Recuperação da malha ferroviária principal no trecho Lajes–Roca Sales–General Luz (SC)	146	146	100
Recuperação da malha ferroviária principal entre Crateús (CE), Altos (PI) e Terezina (PI)	146	146	100,0
Recuperação da malha ferroviária principal entre Mossoró (RN) e Souza (PB)	189	189	100,0
Recup. da malha ferroviária principal entre Recife e Salgueiro (PE)	291	291	100,0
Recuperação da ferrovia Centro Atlântica entre Iaçú, Brumado e Monte Azul	283	283	100,0
Recuperação da ferrovia entre Candeias e Salvador Pinto (BA)	120	120	100,0
Recuperação do trecho ferroviário Corumbá (MS) e Bauru (SP)	988	988	100,0
Recuperação da malha ferroviária principal no trecho entre Santos e Cubatão	10	10	100,0
Recuperação e adequação do trecho ferroviário Bauru–Santos (SP)	373	373	100,0
<b>9 AÇÕES</b>	<b>2.545</b>	<b>2.545</b>	<b>100,0</b>
<b>FINANCIAMENTO P&amp;D</b>			
Apoio ao fortalecimento das empresas de software p/ exportação	78	46	59,1
Desenvolvimento tecnológico para a produção industrial de software	5	2	45,9
Padrões para bibliotecas digitais	4	0	5,3
Rede nacional de pesquisa – Internet II	217	70	32,3
Financiamento de projetos de desenvolvimento de tecnologias aeronáuticas e sua transferência para o setor produtivo	206	41	20,0
Concessão de bolsa de pesquisa em desenvolvimento tecnológico empresarial	218	65	29,6
Concessão de incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento em empresas industriais e agropecuárias (lei nº 8.661/93)	3.060	2.630	85,9
Desenvolvimento tecnológico das empresas exportadoras	252	42	16,7
Educação para a competitividade	104	24	23,1
Financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico das empresas	1.044	175	16,8
Financiamento de projetos de reconversão profissional	54	9	16,7
Fomento à capacitação tecnológica em setores de impacto social	248	20	8,1
Fomento à inovação tecnológica nas pequenas e microempresas	56	44	78,1
Fomento ao desenvolvimento tecnológico empresarial	83	12	14,4
Utilização de capital de risco em empresas de base tecnológica	107	18	16,8
Capacitação tecnológica de empresas do setor de telecomunicação	240	40	100,0
Estímulo à produção e ao desenvolvimento de bens e serviços do setor de informática e automação (lei nº 8.248/91)	2.690	2.690	100,0
Financiamento de estudos e projetos de design	22	4	16,7
<b>18 AÇÕES</b>	<b>8.689</b>	<b>5.932</b>	<b>68,3</b>
<b>FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>			
Financiamento de empreendimentos com recursos do Fundo de Recuperação	94	47	50,0
Apoio ao pequeno produtor rural - PAPP	51	5	9,8
Financiamento de empreendimentos com recursos do Finor	4.335	1.084	25,0
Financiamento de empreendimentos com recursos do Finam	2.707	1.354	50,0
Financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia	190	190	100,0
Financiamento a concessionárias para implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água	709	85	12,0
Financiamento a pequenas e microempresas	8.000	955	11,9
<b>8 AÇÕES</b>	<b>16.086</b>	<b>3.720</b>	<b>23,1</b>
<b>SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA</b>			
Serviço de TV por assinatura	14.270	14.270	100,0
<b>1 AÇÃO</b>	<b>14.270</b>	<b>14.270</b>	<b>100,0</b>
<b>ADICIONAL</b>			
<b>SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA</b>			
Outorga dos serviços de comunicação eletrônica de massa	1.186	1.142	96,3
<b>1 AÇÃO</b>	<b>1.186</b>	<b>1.142</b>	<b>96,3</b>

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
<b>SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL</b>			
Serviço de telefonia móvel	23.630	23.630	100,0
1 AÇÃO	<b>23.630</b>	<b>23.630</b>	<b>100</b>
<b>SERVIÇO DE TELEFONIA DE USO PÚBLICO</b>			
Serviço de telefonia de uso público	1.500	1.500	100,0
1 AÇÃO	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>100</b>
<b>SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA</b>			
Serviço de telefonia fixa	35.800	35.800	100,0
1 AÇÃO	<b>35.800</b>	<b>35.800</b>	<b>100,0</b>
<b>PETRÓLEO: ATUAÇÃO INTERNACIONAL</b>			
Implantação dos estabelecimentos operacionais — BR Aviation	89	61	69,1
Incorporação de refino no exterior	510	505	99,0
2 AÇÕES	<b>599</b>	<b>566</b>	<b>94,6</b>
<b>PETROQUÍMICA</b>			
Implantação de pólo gás-químico no Rio de Janeiro (RJ) com capacidade de produção de 500.000 t/ano de eteno	1.689	1.619	95,9
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria de Capuava (SP) com capacidade para 145.000 t/ano	59	58	98,3
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Gabriel Passos com capacidade para 93.000 t/ano	51	50	98,0
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Henrique Lage (SP) com capacidade para 145.000 t/ano	81	80	98,8
Implantação de unidade separadora de propeno na refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR) com capacidade para 125.000 t/ano	55	54	98,2
Implantação de unidade separadora de propint na refinaria de Paulínia (SP) com capacidade para 200.000 t/ano	29	28	96,5
6 AÇÕES	<b>1.963</b>	<b>1.889</b>	<b>96,2</b>
<b>PROSPECÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS</b>			
Conversão de navios e plataformas em unidades de produção	2.440	2.399	98,3
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Nordeste (acrécimo de 9.200 boe/dia)	1.367	522	38,2
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Norte (acrécimo de 760 boe/dia)	218	198	90,7
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Sudeste (acrécimo de 156.312 boe/dia)	12.244	9.325	76,2
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural na região Sul (acrécimo de 9.400 boe/dia)	112	91	80,9
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim (RJ) (acrécimo de 128.000 boe/dia)	1.953	223	11,4
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim Sul (RJ) (acrécimo de 108.000 boe/dia)	1.457	1.131	77,6
Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Roncador (RJ) (acrécimo de 126.000 boe/dia)	3.811	1.790	47,0
Exploração de petróleo e gás natural	4.401	1.319	30,0
9 AÇÕES	<b>28.004</b>	<b>16.998</b>	<b>60,7</b>
<b>PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS</b>			
Implantação da refinaria no Nordeste com capacidade de 189.000 barris/dia	101	100	99,0
Implantação de unidade de alquilação na refinaria Alberto Pasqualini (RS) com capacidade de 600 m <sup>3</sup> /dia	75	74	98,7

(continua)

(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
Implantação de unidade de coqueamento retardado na refinaria Alberto Pasqualini com capacidade de 2.000 m³/dia	185	184	99,5
Implantação de unidade de craqueamento na refinaria Alberto Pasqualini com capacidade de 7.000 m³/dia	721	720	99,9
Implantação de unidade de hidrotreamento de correntes instáveis na refinaria Alberto Pasqualini (RS) com capacidade de 4.000 m³/dia	325	322	99,1
Impl. de unidade de lubrificantes de elevado índice de viscosidade na refinaria Landulpho Alves (BA) com capacidade de 57.000 m³/dia	67	66	98,5
Impl. de unidade de processamento de gás natural na refinaria Pres. Bernardes (SP) com capacidade de 3,5 milhões de m³/dia	47	46	97,9
<b>7 AÇÕES</b>	<b>1.521</b>	<b>1.512</b>	<b>99,4</b>
<b>AMPLIAÇÃO REDE DE DUTOS (petróleo e gás)</b>			
Ampliação da capacidade do gasoduto Cabiúnas-Reduc (RJ) de 7 para 11 milhões de m³/dia	27	27	100,0
Ampliação do sistema de compressão de gasoduto Bolívia-Brasil, de 2.846 km	485	16	3,3
Estudo para imp. de poliduto Refap-Santa Maria (RS), de 266 km	0	0	100,0
Estudo para implantação de poliduto Repar-Foz do Iguaçu (PR), de 570 km	0	0	100,0
Estudo para implantação de poliduto Ribeirão Preto-São José do Rio Preto (SP), de 170 KM	0	0	100,0
Implantação de gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre (RS), de 615 km	467	422	90,4
Implantação do poliduto Paulínia (SP)-Campo Grande (MS)-Cuiabá (MT), de 1690 km	270	270	100,0
Implantação de sistema de GNC de Urucu (AM)	554	471	85,0
Implantação de terminal de GNL de 160.000 m³ em Suape (PE) e sistemas complementares	271	126	46,5
Implantação do terminal de Pecem (CE)	38	15	39,6
<b>10 AÇÕES</b>	<b>2.112</b>	<b>1.347</b>	<b>63,8</b>
<b>AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE AO TRABALHADOR</b>			
Auxílio-refeição/alimentação a trabalhadores de empresas beneficiados pelas leis nº 6.321/76 e 6.542/78	9.417	8.940	94,9
Auxílio-transporte a trab. com carteira de trabalho assinada	8.849	8.472	95,7
<b>2 AÇÕES</b>	<b>18.266</b>	<b>17.412</b>	<b>95,3</b>
<b>VACINAÇÃO FEBRE AFTOSA</b>			
Vacinação de bovinos e bubalinos	473	472	99,8
<b>1 AÇÃO</b>	<b>473</b>	<b>472</b>	<b>99,8</b>
<b>DIVERSOS</b>			
Construção das obras complementares de adução aos centros de demanda de irrigação	401	60	15,0
Constr. das obras complementares de adução aos centros urbanos	401	40	10,0
Atend. das demandas por energia elétrica em comunidades não supridas	408	113	27,6
Capacitação dos usuários e dos agentes das comunidades na instalação, operação e manutenção dos equipamentos de produção de energia	14	1	8,4
Apuração dos índices de produtividade da indústria brasileira	1	1	100,0
Capacitação de redes de empresas na gestão do uso do poder de compra	2	2	100,0
Capacitação para gestão pela qualidade na indústria	0	0	100,0
Capacitação para gestão pela qualidade no turismo	11	11	100,0
Capacitação para utilização da metodologia de análise da produtividade	1	1	100,0
Fomento a projetos-piloto de aumento de produtividade de pequenas e microempresas integrantes de redes apoiadas pelo Sebrae	6	6	100,0
Implantação de Sistema de Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCCC) em empresas	7	7	100,0
Estudos para o planej. e gestão do desenvolvimento da Amazônia Legal	21	0,2	100,0
Aprimoramento dos padrões e normas técnicas ligadas ao desenvolvimento de design de produtos	0,5	0,5	100,0
Implantação de infra-estrutura tecnológica em design	2	2	100,0
Promoção de eventos de difusão e informação emp. sobre design	6	6	100,0

(continua)



(continuação)

Grupos de ações	Total de recursos da ação (a)	Recursos parc. privados (b)	% rec. privados (b/a)
Capacitação de assessores e dirigentes sindicais para os desafios da globalização	2	1	80,2
Desenvolvimento tecnológico industrial	49	1	1,2
Implementação da componente desenvolvimento tecnológico do programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico	165	82	49,9
Controle de pragas da citricultura	37	20	53,5
Classificação de produtos de origem vegetal	159	153	96,4
Financiamento individual de serviços de infra-estrutura urbana	571	171	30,0
<b>21 AÇÕES</b>	<b>2.263</b>	<b>678</b>	<b>30,0</b>

Fonte: Anexo 2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIASOTO Jr, G. e MAGALHÃES Jr, M.P. Concessões: Financiamento e Novos Elementos. In: **Infra-Estrutura Perspectiva de Reorganização**. Brasília: Ipea, 1998.

CORREIO BRAZILIENSE. **Moradia em Brasília**: Unb Aposta nas Vendas. Brasília: 16 de fevereiro de 2002.

DI PIETRO, M.S.Z. **Parcerias na Administração Pública**: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e outras Formas. São Paulo: Atlas, 1996.

DINIZ, S. **Equilíbrio Econômico-Financeiro nas Parcerias Público-Privadas**. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 2º Prêmio STN de Monografia Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília: Esaf, 1998.

FERREIRA, A.B.H., **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 11ª Edição, 1969.

GALVÃO, M.C., COSTA PINTO (coord.) *et. al.* **Novas Formas de Gestão dos Serviços Públicos**: a relação público-privada. São Paulo: Fundap, 1997.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO (MOG/SPI). **Manual de Elaboração e Gestão**: PPA 2000. Brasília: 8 de abril de 1999a.

\_\_\_\_\_. **Procedimento para Elaboração de Programas**: PPA 2000. Brasília: 9 de abril de 1999b.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Manual de Avaliação** – Plano Plurianual 2000-2003. Brasil: *s.d.*

\_\_\_\_\_. **Parcerias Público-Privadas** – PPP Brasil. Brasília: setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Unidade de PPP Brasil, Parcerias Público-Privadas**: o Interesse Público Encontra o Capital Privado. Brasília: agosto de 2002.

MOREIRA NETO, D.F. **O Sistema da Parceria Entre os Setores Público e Privado** – Execução de Serviços Através de Concessões, Permissões, Terceirizações e Outros Regimes. Boletim de Direito Administrativo (BDA), 1997.

RODRIGUES, M. Retomando o Planejamento: O Plano Plurianual 1996-1999. **Revista do BNDES**, junho de 1996.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.



## **EDITORIAL**

Coordenação  
**Luiz Cezar Loureiro de Azeredo**

### **Produção**

Supervisão  
**Silvânia de Araujo Carvalho**

Revisão  
**Luísa Guimarães Lima,  
Marco Aurélio Dias Pires**

Editoração  
**Aeromilson Mesquita**

Reprodução Gráfica  
**Antônio Lucena de Oliveira,  
Edilson Cedro Santos**

Apoio Administrativo  
**Tânia Oliveira de Freitas,  
Wagner da Silva Oliveira,  
Rômulo Sófocles de Almeida Panza (estagiário)**

### **Divulgação**

Supervisão  
**Dóris Magda Tavares Guerra**

Equipe  
**Edineide Ramos,  
Geraldo Nogueira Luiz,  
Mauro Ferreira,  
Marcos Cristóvão,  
José Carlos Tofetti e  
Janaina Maria do Nascimento (estagiária).**

Brasília  
**SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 315-5336  
Fax: (61) 315-5314  
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br**

Rio de Janeiro  
**Av. Presidente Antônio Carlos, 51,  
14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: (21) 3804-8118  
Fax: (21) 2220-5533  
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br**

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)